

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

CAMILLY DA SILVA FREITAS

**Narrativas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil:
análise das produções discentes do Concurso Jovem Senador 2022**

Uberlândia-MG

2025

CAMILLY DA SILVA FREITAS

**Narrativas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil:
análise das produções discentes do Concurso Jovem Senador 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História (INHIS) da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em História.

Área de concentração: História

Orientador: Profa. Dra. Aléxia Pádua Franco
(FACED/UFU; ProfHistória INHIS UFU)

Uberlândia-MG

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Juliana Maria da Silva Freitas e Geraldo Magela de Freitas, que com muito esforço me apoiaram durante toda a minha vida, foram fonte de amor, carinho, ajuda e conforto. Me ensinaram tudo que sei e garantiram que eu pudesse chegar onde eu quisesse. Quando me mudei para Uberlândia eu não sabia como seria ficar longe de vocês que estiveram comigo desde o início, agora que já sei como são as despedidas e como é longe de vocês, é cada vez mais difícil me despedir. Amor de pai e mãe é um conforto pra alma e a distância, apesar de grande, não me impediu de sentir o amor que existe entre nós. Espero ser fonte de orgulho para vocês, amo muito vocês dois!

Aos meus irmãos, Gabrielly da Silva Freitas e Arthur Antunes da Silva Freitas, obrigada pelo amor e parceria, vocês são tudo para mim, eu não imagino minha vida sem vocês e espero que a cada ano que ficamos mais velhos juntos possamos ficar ainda mais próximos. Sinto saudade de vocês todos os dias, mas estão sempre comigo no meu coração. Me desculpem por não estar com vocês, ir nas peças de teatro, ajudar com os estudos e dever da escola e levar no futebol. Saibam que me lembro de vocês a todo momento, a cada ida shopping, nos cinemas, nos parques e onde eu estiver, pois mais do que viver estes momentos gostaria de vivê-los com vocês.

Agradeço também à minha avó Maria Rita pelas palavras e gestos de carinho, todas as orações e apoio. Aos meus avós, José e Sebastião agradeço também pelo apoio. Amo vocês e estou sempre com saudades!

Ao meu namorado, Emerson, agradeço por ser um apoio importante durante este processo não só de pesquisa, mas de formação como Historiadora e como pessoa. Obrigada também pelos momentos felizes e pela paciência, que, no meio do caos, fizeram com que eu pudesse continuar.

Agradeço aos meus amigos e colegas de turma do curso, que me acompanharam durante esta incrível jornada, partilhando todos os momentos e vivências da Universidade.

Agradeço também às amigas, Carol, Sinara e Bruna. Durante alguns anos dividimos o mesmo lar, as mesmas preocupações com a faculdade, momentos bons e momentos ruins, que nos uniram e nos fizeram mais fortes. Independente de qualquer coisa, eu sempre tive a certeza de ter vocês ao meu lado, o que me fez ter forças para superar muitos desafios.

Ao Professor Gilberto César de Noronha, agradeço por me ajudar durante todo curso, pela indicação à Iniciação Científica que me apresentou a minha orientadora, por me incluir em projetos que foram essenciais para minha formação, como a 2ª Olimpíada Mineira de

História-Edição Abaeté, pela orientação no Seminário Institucional das Licenciaturas e por prontamente aceitar o convite para participar da banca avaliadora deste trabalho, obrigada!

Agradeço também à minha dupla de Iniciação Científica, Sofia Mascarin, que dividiu comigo todos os momentos desta jornada que durou 2 anos. E a todos que eu encontrei durante estes dois anos de pesquisas na IC, agradeço pelas contribuições a este trabalho. Foi a partir dos encontros de todas as semanas junto ao grupo da iniciação que pude aprender e pesquisar mais sobre a temática do Bicentenário da Independência, e mais do que isso aprender com as experiências que trocamos durante os encontros.

Em especial agradeço à minha orientadora, Alexia Pádua Franco, que durante dois anos me orientou na Iniciação Científica e orientou esta pesquisa. Você é um exemplo para minha formação, foi um privilégio aprender com você.

Agradeço aos membros da banca avaliadora deste TCC, Emilene Julia da Silva Freitas Carvalho, Gilberto César de Noronha e Aléxia Pádua Franco.

Agradeço a Universidade Federal de Uberlândia, que foi parte da realização de um sonho.

RESUMO

O Bicentenário da Independência do Brasil foi comemorado em 2022, com uma efervescência de narrativas que circularam por diferentes setores da sociedade. Esta pesquisa busca analisar as perspectivas históricas das redações de estudantes do Ensino Médio produzidas, em 2022, para o Concurso Jovem Senador, no contexto do Bicentenário da Independência do Brasil, a partir da apropriação da História ensinada nas escolas e em outros espaços sociais sobre a Independência e seus 200 anos. Com o objetivo de descobrir quais lutas, personagens e acontecimentos foram mobilizadas pelos discentes, promovendo a continuidade ou não de uma História Oficial, a pesquisa foi delineada pelos conceitos de cultura de História e história oficial, pelas ideias de passividade dos brasileiros e narrativa dos esquecidos, pela concepção de documentos históricos e pelo método de análise de conteúdo proposta por Bardin. Concluímos que as narrativas produzidas pelos jovens sobre o Bicentenário da Independência do Brasil tiveram perspectivas diversificadas, desde as que reforçam a narrativa da História Oficial até as que problematizam os limites da Independência do Brasil.

Palavras-Chave: Bicentenário da Independência do Brasil. Concurso Jovem Senador. Narrativas discentes. Ensino Médio.

ABSTRACT

The Bicentenary of Brazil's Independence was celebrated in 2022, with an effervescence of narratives circulating in different sectors of society. This research seeks to analyze the historical perspectives of high school students' essays produced in 2022 for the Young Senator Contest, in the context of the Bicentenary of Brazil's Independence, based on the appropriation of the history taught in schools and other social spaces about Independence and its 200 years. With the aim of discovering which battles, characters and events were mobilized by the students, promoting the continuity or otherwise of an Official History, the research was outlined by the concepts of culture of History and official history, by the ideas of passivity of Brazilians and narrative of the forgotten, by the conception of historical documents and by the method of content analysis proposed by Bardin. We concluded that the narratives produced by the students about the Bicentenary of Brazilian Independence had diverse perspectives, from those that reinforced the narrative of Official History to those that problematized the limits of Brazilian Independence.

Keywords: Bicentenary of Brazil's Independence. Young Senator Contest. Student Narratives. High School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACED	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Primeira versão da Nuvem de Palavras	19
Figura 2-	Processo final de formação da nuvem de palavras	24
Figura 3-	Capa do Calendário 2022 - “200 anos depois, na luta por um Brasil livre”	34
Figura 4-	Conjunto das Imagens que representam cada mês do ano no Calendário 2022 da Fundação Perseu Abramo	35
Figura 5-	Selo Marca Oficial do Bicentenário da Independência	37
Figura 6-	Moedas comemorativas - Bicentenário da Independência	38
Figura 7-	Nuvem de palavras das redações do Concurso Jovem Senador	41
Gráfico 1-	Temas mais enfatizados nas redações do Concurso Jovem Senador 2022	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Procedimentos de curadoria e junções das palavras das Redações do Concurso Jovem Senador 2022	21
------------	--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DO OBJETO DE ESTUDO À SUA INVESTIGAÇÃO.....	12
2.1 O Concurso Jovem Senador.....	12
2.2 Análise de Conteúdo das redações: do quantitativo ao qualitativo.....	18
3 OS 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: NARRATIVAS EM DISPUTA.....	27
3.1 A cultura de história e a narrativa dos esquecidos.....	27
3.2 A Independência do Brasil.....	29
3.3 O Bicentenário.....	33
4 ANÁLISE DAS NARRATIVAS DISCENTES SOBRE O BICENTENÁRIO DO BRASIL.....	40
4.1 Um panorama quantitativo das narrativas discentes.....	40
4.1.1 O que diz a nuvem de palavras.....	40
4.1.2 Agrupamento temático das redações.....	44
4.2 Análise qualitativa das redações.....	46
4.2.1 Independência pra quem.....	46
4.2.2 Os marcos oficiais da Independência e a história oficial nas redações.....	48
4.2.3 O apagamento histórico.....	51
4.2.4 As mulheres na Independência.....	52
4.2.5 A passividade popular na Independência.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
7 APÊNDICES.....	63

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é o Bicentenário da Independência do Brasil e as narrativas históricas produzidas, em 2022, para comemorar e refletir sobre esta efeméride.

Sua definição partiu de experiências de Iniciação Científica que tive o prazer de vivenciar desde o início da minha jornada no curso de História, com bolsa CNPq, entre os anos de 2021 e 2023. Ambas tinham como base o projeto coordenado pela Profa. Alexia Pádua Franco, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU), “Bicentenário da Independência do Brasil: mudanças e permanências das narrativas e da cultura de História entre professores e estudantes da Educação Básica”, financiado pela FAPEMIG, que permitiu a busca e análise de uma série de conteúdos produzidos sobre o Bicentenário, identificando as diferentes narrativas produzidas durante o período.

As análises e conteúdos estudados no primeiro ano de pesquisa nos permitiu perceber que diferentes discursos eram produzidos sobre a mesma temática, desde uma narrativa oficial, reforçando elementos tradicionais, como o Grito do Ipiranga, a frase “Independência ou Morte” e Dom Pedro I, até narrativas que tratavam a independência como um processo que não teve seu fim no 7 de setembro, com diferentes lutas e personagens e que, diferente da primeira, não tornavam a história do sudeste a história nacional, considerando outros projetos de independência.

A efeméride do Bicentenário mobilizou a circulação de narrativas com diferentes visões sobre os ocorridos nesta história, em um embate, ao mesmo tempo silencioso e estridente, que para além de reforçar a História Oficial, deu visibilidade a uma historiografia acadêmica que, há algumas décadas já mostrava os limites da história oficial da Independência do Brasil, mas sem conseguir ir muito além dos muros das Universidades e outras instituições de pesquisa.

O 7 de setembro, que marca oficialmente a Independência do Brasil, é um dos feriados nacionais mais importantes do país, e faz parte da memória coletiva e individual de todo brasileiro. Os 200 anos deste marco histórico influenciou no crescimento de produções científicas, didáticas, artísticas, literárias, midiáticas sobre o tema, difundindo diferentes perspectivas históricas do acontecimento, que nem sempre representam a totalidade dos personagens e discursos que estavam presentes no processo de emancipação do Brasil. Dessa forma, o Bicentenário, como parte de uma Cultura de História e Memória Coletiva, é importante objeto de análise para entendermos como a compreensão histórica é construída

socialmente, especialmente entre jovens estudantes. Assim, permite o conhecimento das disputas de narrativas que permeiam os 200 anos de Brasil Independente, o qual nos possibilita pensar maneiras de superar narrativas excludentes e que perpetuam uma história do ponto de vista das elites hegemônicas, a partir da pesquisa e do ensino de História. Então, ao longo desta pesquisa buscamos analisar as perspectivas históricas das redações dos estudantes do Ensino Médio produzidas, em 2022, para o Concurso Jovem Senador, no contexto do Bicentenário da Independência do Brasil. Para isto procuramos alcançar os seguintes objetivos específicos:

- compreender a organização, os objetivos e a dinâmica do Concurso Jovem Senador em 2022, no contexto da Independência do Brasil;
- analisar quantitativa e qualitativamente as 27 redações finalistas do Concurso Jovem Senador 2022 - “200 anos de Independência: lições da história para a construção do amanhã”;
- observar quais personagens e marcos históricos, lutas e movimentos sociais foram destacados nas redações que abordaram os 200 anos de Independência do Brasil;
- identificar as perspectivas históricas que permearam as redações dos estudantes do ensino médio

Esta pesquisa foi produzida a partir do conceito de cultura de história, da narrativa dos esquecidos pela História Oficial, de produções historiográficas sobre a Independência do Brasil, e desenvolvida por meio de procedimentos da técnica de análise de conteúdo.

O processo de desenvolvimento e os resultados da pesquisa serão apresentados em três seções, além da introdução, considerações finais, referências e apêndices. Na seção 2, faremos a exposição de nosso objeto de estudo, o Concurso Jovem Senador 2022, seu edital e suas orientações, seguida dos procedimentos metodológicos da análise de conteúdo utilizados para organizar e analisar as redações vencedoras do Concurso em nível estadual e nacional. Na seção 3, exploraremos os nossos referenciais teóricos, abordando as narrativas em disputa sobre a Independência do Brasil e seu Bicentenário e analisando produções sociais antagônicas sobre o tema, para compreender a memória da Independência do Brasil, a partir da bibliografia mobilizada para o estudo. E por fim, na seção 4, analisaremos quantitativa e qualitativamente as redações elaboradas por estudantes do Ensino Médio para o Concurso Jovem Senador, para compreender as perspectivas históricas que as permeiam.

2 DO OBJETO DE ESTUDO À SUA INVESTIGAÇÃO

Esta seção apresenta o Concurso Jovem Senador, em particular, a edição de 2022, e suas principais características, como: organização, quem pode participar, temática e critérios de julgamento das produções enviadas pelos participantes. Além disso, será abordada a metodologia utilizada na pesquisa delineada pela concepção de documento histórico de Le Goff e pelos procedimentos de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. A partir desta autora foram construídos parâmetros de pesquisa quantitativos, como a nuvem de palavras e o gráfico de temáticas, e qualitativos utilizando citações diretas das redações para entender as narrativas desenvolvidas pelos estudantes.

2.1 O Concurso Jovem Senador

O objeto de estudo analisado por esta monografia corresponde às redações produzidas para o Concurso Jovem Senador 2022¹, com a temática “200 anos de Independência: lições da história para a construção do amanhã”. O certame foi de abrangência nacional, e poderiam se inscrever estudantes de escolas públicas e que se encontravam no ensino médio, com o limite de 21 anos de idade.

Segundo a apresentação do Concurso no site do Senado Federal, a iniciativa tem objetivos educacionais e de formação cidadã, buscando promover:

[...] uma ação institucional do Senado que proporciona aos estudantes do ensino médio das escolas públicas a oportunidade de vivenciar a prática política parlamentar, por intermédio da simulação do trabalho legislativo dos senadores e senadoras. (Brasil, Senado Federal, 2021a), s/d)

De acordo com o regulamento do Concurso, ele objetiva :

[...] fomentar a reflexão dos jovens estudantes quanto à política, democracia e o exercício da cidadania. Nesse sentido, proporciona o conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo brasileiro e estimula o relacionamento permanente do jovem cidadão com o Senado Federal. (Brasil, Senado Federal, 2021b, p. 4)

O processo de realização do concurso envolveu as Secretarias de Educação dos 26 estados do Brasil e Distrito Federal, as escolas públicas, estudantes e professores. O processo de avaliação das redações e escolha dos vencedores seguiu quatro etapas principais: Etapa I- Escolha, feita pelas escolas, da redação que vai representá-la; Etapa II - A Secretaria de Educação de cada estado e do Distrito Federal escolhe três finalistas entre todas as redações

¹ As redações finalistas por edição do Concurso Jovem Senador e por estado, acompanhada de dados do estudante autor e seu/sua professor/a estão disponíveis em <https://www12.senado.leg.br/jovemseador/redacoesfinalistas> . Acesso em: 1 mai. 2025.

recebidas, a partir de uma banca própria, para ir para a próxima fase; Etapa III - Seleção das 27 redações ganhadoras, feita pela comissão do Senado conforme critérios estabelecidos no Regulamento (Brasil, Senado Federal, 2021b, p. 20); e Etapa IV - Seleção das redações vencedoras do concurso - 1º, 2º e 3º lugar².

Ainda, de acordo com o regulamento, para participar do concurso o estudante precisava ser acompanhado por um professor da escola, sendo ele de qualquer disciplina.

Os critérios para a produção da redação envolviam respeitar a temática, ineditismo, seguir a tipologia dissertativa-argumentativa, com no mínimo 20 linhas e 30 no máximo, estar legível e escrita a próprio punho na folha oficial divulgada pelo Senado.

A premiação do Concurso para os 27 autores vencedores estaduais consiste no título de Jovem Senador(a) e participação na Semana de Vivência Legislativa em Brasília, custeados pelo Senado Federal, além de um Notebook. Já para os vencedores nacionais (1º, 2º e 3º lugar) é realizada, em Brasília, uma cerimônia da posse dos jovens senadores acompanhados de uma comitiva, que inclui diretor da escola, professor orientador e os coordenadores do concurso na Secretaria de Educação de cada estado. Tanto os três jovens senadores empossados quanto os outros 24 vencedores do Concurso participam, por uma semana, de debates em comissões, sessões especiais e uma exposição montada no Congresso Nacional para contar a história do programa. Segundo notícia de lançamento do Concurso Jovem Senador, os estudantes premiados, ao participarem da Semana de Vivência Legislativa, também puderam propor projetos de lei:

[...] Os jovens senadores vivem a experiência de um mandato legislativo, que começa com a posse e a eleição da Mesa e termina com a aprovação de sugestões de projetos de lei, que serão encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). Desde o início do programa [em 2008], já foram apresentadas 54 proposições à CDH, sendo que 40 foram aceitas como projetos de lei e duas como propostas de emenda à Constituição [...]³

O calendário do Concurso Jovem Senador 2022 previa a entrega das redações até dia 18 de março do mesmo ano, com o anúncio dos vencedores dia 11 de maio e a semana da Vivência Legislativa do dia 27 de junho a 1 de julho. Desta forma, as redações foram produzidas antes das comemorações oficiais da Independência, o que impossibilitou que os estudantes pesquisassem, para sua redação, as múltiplas narrativas sobre os 200 anos de

² No concurso Jovem Senador 2022, as três redações premiadas foram escritas por homens de estados do Norte do Brasil: 1º lugar - Francisco Davi da Silva Pereira (CE); 2º lugar- Guilherme Carvalho B. de Souza (MA); 3º lugar - Guilherme B. Samaleski (RO).

³ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/noticias-1/externas/2021/11/presidente-do-senado-lanca-programa-jovem-senador-2022> . Acesso em: 20 abr 2025

Independência do Brasil elaboradas durante o período mais intenso de comemorações. No entanto, conforme levantamento feito durante nossa pesquisa de Iniciação Científica, diversas instituições e entidades, redes midiáticas, pesquisadores, políticos, autores de livros de diferentes gêneros produziram materiais multimídia sobre a efeméride, desde 2017, as quais foram disponibilizadas em diversificadas espaços digitais que os estudantes poderiam acessar livremente, caso tivessem acesso a uma boa conexão de Internet .

Informações e notícias sobre o Concurso Jovem Senador de 2022 foram divulgadas no site do Senado Federal, do dia 24/11/2021 com o anúncio da nova edição, até o dia 05/07/2022⁴, quando os Jovens Senadores e Senadoras já haviam concluído a Semana de Vivência legislativa. As notícias⁵ variaram em suas temáticas, com o objetivo de informar os estudantes e escolas sobre o calendário, procedimentos necessários para inscrições, os objetivos do programa e ajudar os estudantes com dicas com relação à temática e ao modelo de redação pretendido, que seria o dissertativo argumentativo.

No dia 20 de dezembro de 2021, no site do Senado Federal, foi publicada uma notícia⁶ relevante para a análise que aqui se pretende, pois ela visava:

Fornecer dicas para o desenvolvimento das redações para o Jovem Senador 2022. O texto está voltado para os estudantes de ensino médio, e tem a intenção de esclarecer dúvidas e prover exemplos, sem restringir possíveis desenvolvimentos do tema. (Martins, 2021)

As orientações foram produzidas por Ronaldo Teixeira Martins, consultor legislativo do Núcleo de Pronunciamentos do Senado Federal, graduado em Letras (Português e Latim - UFJF, 1994), doutor em Linguística (Unicamp, 2004) e especialista em Comunicação Política no Legislativo pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados (2016)⁷. Apesar das “dicas” não restringirem a argumentação dos estudantes participantes, muitos dos textos ganhadores desenvolveram as ideias propostas por esta notícia, que continham três exemplos: 1- O que significa “independência”?; 2- Independência para quê? 3- Independência para quem?

⁴ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/noticias-1/releases/2022/07/jovens-senadores-concluem-programa-e-aprovacao-de-projetos> 8 . Acesso em: 20 abr. 2025

⁵ O conjunto de todas as notícias relativas ao Concurso Jovem Senador pode ser visualizado em

https://www12.senado.leg.br/jovensenador/centralnoticias?form.buttons.buscar:utf8:ustring=Buscar&form.widgets.data_inicio:utf8:ustring=2021-11-24&b_start:int=0&form.widgets.data_fim:utf8:ustring=2023-12-28.

Acesso em: 20 abr. 2025.

⁶ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/noticias-1/releases/2021/12/200-anos-de-independencia-licoes-da-historia-para-a-construcao-do-amanha>. Acesso em: 05 maio 2025

⁷ Dados retirados do resumo do Currículo Lattes de Ronaldo Martins, disponível em

<http://lattes.cnpq.br/1319318974098247>. Acesso em: 05 mai. 2025.

O primeiro exemplo indica diferentes caminhos possíveis para se abordar os sentidos da Independência, associando-a a conceitos, como: 1) liberdade, autonomia e autodeterminação; 2) isenção, imparcialidade e neutralidade; 3) soberania, insubmissão e ausência de subordinação; 4) bem-estar, fortuna e prosperidade. Neste exemplo, Martins (2021) afirma que a Independência não foi uma ruptura radical com o passado e já indica uma perspectiva de análise do processo de Independência que se distancia da História Oficial, a qual, conforme analisaremos na seção 4, se fez presente na maioria das redações finalistas do Concurso Jovem Senador. Martins (2021) argumenta que:

[...] embora tenha declarado a independência em 7 de setembro de 1822, o Brasil manteve várias das instituições do período anterior. Nossa língua [...]. A família real brasileira era, na verdade, a família real portuguesa. [...] E o Brasil teve que pagar uma pesada indenização de dois milhões de libras esterlinas - nossa primeira dívida externa - para que Portugal aceitasse nossa independência. Ou seja, a Independência não foi, propriamente, uma ruptura radical com o passado. Essa é uma lição importante que se pode extrair para o futuro: a de que o conceito de “independência” é vago e talvez sobrestimado, e de que, para o bem ou para o mal, nossa história é feita mais de continuidades do que de rupturas. (Martins, 2022)

O segundo exemplo traz um pouco do contexto das Independências nas Américas no século XIX, que ocorreram em períodos parecidos e baseados em “valores” semelhantes. Também defende a ideia de que um país independente não pode almejar uma total autonomia em relação a outros países, pois existem interesses e necessidades que fazem com que seja inevitável a relação com outros países, visando o bem da nação:

[...] nenhum país é completamente autossuficiente e há problemas, como o meio ambiente, que são supranacionais. Uma lição a ser extraída, portanto, é a de que o melhor modelo talvez seja o de uma interdependência entre várias nações, como nos casos dos tratados internacionais, caso dos Acordos do Clima, e conglomerados transnacionais, caso da União Europeia e do Mercosul. Nesses casos, cada país renuncia a uma parte de sua soberania em nome de um objetivo maior [...] (Martins, 2022)

Este último argumento apareceu em apenas uma de todas as 27 redações.

O último exemplo trazido pela notícia é a ideia de que a Independência não atingiu a todos da mesma maneira; existiram os beneficiados, os que se sentiram prejudicados, e os que nem puderam usufruir da mudança, como os escravizados, que são citados diretamente pelo texto. Martins (2022), neste exemplo, faz uma associação questionável entre os prejuízos da Independência e a emigração de brasileiros para Portugal na atualidade:

[...] Passados 200 anos da Independência do Brasil, cada vez mais brasileiros migram para Portugal. Nos últimos quatro anos, o número só faz aumentar, e estima-se que 300.000 brasileiros vivam hoje na nossa antiga metrópole. E não são poucos os brasileiros que buscam um passaporte europeu. Para esses

emigrantes, a Independência parece ter sido um mau negócio: se Brasil e Portugal ainda fossem um só país, pode ser que pertencêssemos hoje à União Europeia (caso da Guiana Francesa, por exemplo), que nossa moeda fosse o euro, e que compartilhássemos, com Portugal, indicadores sociais melhores [...] (Martins, 2022)

A ideia de que nem todos foram beneficiados pela Independência permeou várias redações conforme analisaremos no tópico 4.2.1 da seção 4. Uma redação, escrita por estudante de Roraima, Dinitine Savanele Ramalho Figueredo, enfatizou o fato do Brasil ter se tornado uma potente economia mundial, aproximando-se do que Martins (2022) defendeu neste terceiro exemplo: “pode ser também que, como parte integrante do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, o Brasil jamais tivesse conseguido se afirmar como uma das maiores economias do mundo”.

Compreendemos que materiais de apoio contribuem para a produção de redações, pois, a partir deles, é possível entender melhor a temática proposta pela banca examinadora. É bastante usual que os vestibulares, concursos e outros exames, apresentem esses materiais para auxiliar quem está realizando a atividade. Contudo, o material disponibilizado, geralmente, é composto por textos informativos e gerais sobre o assunto e não são permitidas cópias dos mesmos nas redações. Mesmo que a notícia escrita por Martins (2022) se proponha a ser um suporte para o estudante elaborar sua argumentação, ela, além de informar, enfatizou posicionamentos e contribuiu para que as abordagens sugeridas fossem mais trabalhadas pelos estudantes.

Sobre a tipologia dissertativa argumentativa, as condições estabelecidas pelo regulamento e lembradas em publicações do site do Senado Federal orientam que “O texto dissertativo-argumentativo é aquele em que você procura convencer alguém de alguma coisa. Há aqui três elementos muito importantes: a tese, o leitor e a argumentação” (Martins, 2022).

O público a que se destina o concurso são estudantes do Ensino Médio, até 21 anos, de escolas estaduais e federais de todo o país, portanto jovens em idade de preparação para concursos de ingresso na Universidade, com destaque para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Tanto o Concurso aqui analisado, quanto o Enem, pedem que os estudantes desenvolvam redações com a tipologia textual dissertativo argumentativo, entre 20 e 30 linhas, sem título.

Há também uma semelhança entre a orientação do Enem de que a redação deve apresentar uma proposta de intervenção e a do Concurso Jovem Senador que solicita que, em seu texto, o estudante aborde lições do passado para o futuro. Isto está explícito no tema do

Concurso Jovem Senador 2022, “200 anos de Independência: lições de história para a construção do amanhã”, bem como nas dicas de Martins (2022), no trecho em que ele orienta os estudantes sobre o que fazer com os resultados de sua pesquisa sobre o processo de Independência do Brasil:

[...] Feita a pesquisa, é hora da reflexão: o tema não pede que você recontre a história da Independência do Brasil, mas que você encontre, nessa história, “lições para a construção do amanhã”. Veja que o tema tem uma dimensão propositiva. Ele pede que você retire, da nossa história de Independência, ensinamentos que podem ser úteis aos brasileiros de hoje [...] (Martins, 2022)

Os temas das redações do Enem são relacionados a problemas contemporâneos da sociedade brasileira como, por exemplo: Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil (2022) e Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil (2023)⁸. Nesse contexto, a prova pede que, na etapa final da redação, seja feita uma proposta de intervenção⁹ com o objetivo de solucionar o problema trazido pelo tema.

Apesar de esta não ser uma exigência para o Jovem Senador, a maioria das redações finalistas do concurso, ao abordarem as lições dos 200 anos de Independência para o futuro, por serem escritas por estudantes do ensino médio, apresentam propostas de intervenção, como por exemplo:

[...]Em virtude dos fatos mencionados, são necessárias ações interventivas, com o intuito de enfraquecer os estigmas remanescentes após a Independência. Posto isso, é dever do Governo Federal, como órgão máximo do Poder Executivo, atenuar as disparidades existentes na sociedade nacional, por meio da liberação de verbas destinadas à melhoria das condições básicas das populações mais carentes, a fim de que estas vivam com mais dignidade. Além disso, as escolas poderão propor palestras educativas que despertem, entre os alunos, a tolerância para com as diferentes raças. Com isso, as lições da história serão, de fato, aprendidas pelos cidadãos, e o Brasil terá um futuro mais próspero e justo [...]. (Guilherme Carvalho Bilio de Sousa, Maranhão, Redação 2)¹⁰

⁸ Para encontrar os temas de Redação do Exame Nacional do Ensino Médio, veja no link: <https://vestibulares.estrategia.com/portal/materias/redacao/redacao-todas-as-edicoes-do-enem/>. Acesso em: 05 de abr 2025

⁹ Orientações sobre a produção de uma proposta de intervenção modelo Enem se encontram nas cartilhas oficiais divulgadas pelo INEP/MEC. A última versão foi: “A Redação do Enem - Cartilha do Participante 2024”. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/a-redacao-do-enem-cartilha-do-a-participante>. Acesso em 05 de abr 2025

¹⁰ Para diferenciar as citações de documentos e de autores de nossos referenciais teóricos das citações das redações analisadas, redigimos estas últimas em itálico. Entre parênteses informamos o nome do estudante autor da redação, o estado que ele representa e o número da redação por nós definido na transcrição das redações (apêndice 1).

Após apresentar as características gerais do Concurso Jovem Senador 2022 que deram origem às fontes de nossa pesquisa, vamos, a seguir, detalhar os procedimentos utilizados para organizar, categorizar e analisar as 27 redações finalistas do concurso.

2.2 Análise de Conteúdo das redações: do quantitativo ao qualitativo

Os documentos mobilizados para esta pesquisa correspondem às 27 redações vencedoras estaduais do Concurso Jovem Senador 2022. Segundo o historiador francês Jacques Le Goff (1990), o documento é uma prova histórica escrita, produzida sobre o efeito das relações de poder do contexto sócio-histórico em que é elaborado, portanto não é neutro. Seja na sua etapa de produção ou nas escolhas de análise do historiador, estas fontes passam por filtros. Dessa forma, em nossas pesquisas, é necessário questionar o documento (Le Goff, 1990). A partir deste conceito, consideramos as redações aqui analisadas como Documentos produzidos por estudantes que têm interesse em ganhar o concurso Jovem Senador e, portanto, seguem as orientações divulgadas no site do Senado Federal, além de se valerem de conhecimentos adquiridos na escola e em outros espaços sociais, para produzir suas narrativas sobre os 200 anos de Independência do Brasil.

Para analisarmos estes Documentos, nos baseamos na técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011), a fim de desvendar as perspectivas históricas que permeiam as narrativas produzidas no contexto do Concurso Jovem Senador, no ano de 2022. Os procedimentos para tal análise se deram em três principais fases definidas por Bardin como: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

Na fase de pré-análise, iniciada nos anos de Iniciação Científica, nos dedicamos a fazer leituras exploratórias das 27 redações, identificando, de maneira geral, os assuntos abordados pelos estudantes e registrando-os em uma tabela (apêndice 2) junto com outros dados como nome, gênero, idade, escola, cidade do estudante autor da redação, nome dos professores que os acompanharam, inspirações registradas tanto nas redações quanto em uma pequena entrevista que os finalistas deram para os organizadores do Concurso¹¹. Por meio desta primeira leitura também elaboramos os primeiros indicadores que fundamentaram a definição das categorias de análise que compuseram os subtítulos da seção 4.2: Independência

¹¹ Muitos dos dados registrados na tabela não foram explorados nesta monografia, mas poderão ser analisados em produções posteriores.

pra quem; marcos oficiais da Independência e a história oficial; apagamentos históricos; mulheres na Independência; passividade popular na Independência.

Para realizar a segunda fase do processo de análise de conteúdo que, conforme Bardin (2011, p. 131) consiste “[...] essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2011, p.131), utilizamos todas as palavras presentes nas 27 redações finalistas, para a elaboração de uma “nuvem de palavras”¹².

Para isto, transcrevemos todas as redações, para um único arquivo em *word* com o intuito de facilitar a leitura, localização de palavras-chave, cruzamento e compreensão dos textos ao longo da pesquisa¹³. A nuvem de palavras foi construída digitalmente, no *site Wordart*, onde inserimos o arquivo criado com todas as redações juntas (apêndice 1). O aplicativo separou e contabilizou, em um quadro semelhante ao reproduzido do lado esquerdo da figura 2, todas as palavras do arquivo. Em seguida, excluímos, deste quadro, palavras sem valor semântico para a pesquisa como: A, O, de, para, porque, etc. e selecionamos o comando para a produção automática da “nuvem de palavras” representada na figura 1.

Figura 1: Primeira versão da Nuvem de Palavras



¹² A nuvem de palavras foi uma técnica utilizada para facilitar a análise quantitativa do conteúdo, apesar de não ser proposta por Bardin, já que os escritos são dos anos 1970, e a nuvem de palavras foi gerada por um recurso digital criado nos anos 2010. Para criá-la, nos inspiramos na dissertação de mestrado de Carvalho (2017).

¹³ O arquivo se encontra nos apêndices deste trabalho.

Como é possível observar, a imagem gerada apresentou muitas palavras pequenas de difícil visualização. Por isso, adotamos procedimentos para a curadoria das palavras, pois muitas eram sinônimos ou derivações umas das outras. Além disso, agrupamos termos que possuem relação de causa/consequência, considerando que foram utilizadas para o mesmo propósito no texto. No quadro 1, a seguir, detalhamos as palavras agrupadas: na primeira coluna, “Categoria Principal”, registramos a palavra escolhida para agrupar todas as similares; na segunda coluna, listamos todas as palavras (seguida da quantidade de vezes que foram usadas no conjunto das redações) que foram agrupadas em uma mesma categoria e, na terceira coluna, informamos o número de vezes que as palavras agrupadas apareceram no conjunto das 27 redações. Além das palavras listadas no quadro 1, houve outras palavras que não precisaram ser mescladas e que compuseram as várias versões criadas da “nuvem de palavras”.

Quadro 1: Procedimentos de curadoria e junções das palavras das redações do Concurso Jovem Senador 2022

Categoria principal	Palavras adicionadas a categoria principal	Total de aparições
Brasileiro (30)	Brasileira (27)	57
Brasil (79)	País (48), Nação (29), Nacional (17) e Pátria (2)	175
Povo (19)	População (18), Popular (11), Pessoa (9), Público (6) e Populações (2)	65
História (51)	Histórico (17), Histórica (6) e Historiador (2)	76
Independência (83)	Emancipação (27), Independente (14), Proclamação (4) Ruptura (2) ¹⁴	130
Política (49)	Político (14), Decisões (7), Voto (6), Eleições (3), Eleitos (3),	86

¹⁴ Nas redações a palavra ruptura estava associada ao processo de separação entre Brasil e Portugal.

	Deputados (3), Corrupção (2) e sociopolítica (2)	
Economia (3)	Econômica (5)	8
Governo (7) ¹⁵	Poder (18), Estado (12), Legislativo (8), Instituições (5), Governamental (5), congresso (4), Estatal (3) e Parlamento (2)	64
Escravidão (9) ¹⁶	Escravo (8), Escravagista (3), Escravocrata (3), Escravatura (2), Escrava (2), Escravizados (2), Senzala (2), Escravista (1) e Trabalho (1)	33
Privilégios (2)	Privilegiado (2)	4
Democracia (6)	Democrático (3) e Democráticas (3)	12
Injustiça (3)	Injusto (3) e Injusta (1)	7
Luta (13)	Engajamento (5), Combate (4), Lutaram (3), Engajado (2), Defesa (2), Lutar (2), Enfrentadas (2), Lutando (2), Resistência (1) Violenta (1) e Protestos (1)	38
Educação (35)	Escola (11), Educacional (7), Conhecimento (7), Ensino (6), Aprendizado (3), Escolar (2), Conhecer (2), Estudantes (2), Analfabetismo (2), Universidades (2), Ensinado (1) e Educacional (1)	81
Mulher (31)	Feminina (8)	39
Raízes (4)	Enraizado (4) e Origens (2)	8
Portugal (10)	Portugueses (3) e Portuguesa (3)	16
Homens (8)	Masculino (2)	10
Lições (8)	Lição (7)	15

¹⁵ A palavra Governo foi utilizada, no total, 11 vezes, entretanto com dois sentidos diferentes: 1) como Governo Republicano (7 vezes), como no caso desta categoria, e 2) como Governo Imperial (4 vezes), que foi colocada junto à categoria Império.

¹⁶ Apesar de colocadas em um mesmo grupo, vale ressaltar a diferença da opção pela palavra escravo/a (10 aparições) e escravizados (2 aparições) nas redações. A palavra escravo/a utilizada tradicionalmente hoje é criticada pelo movimento negro e historiadores/as críticos pois ela indica uma condição natural da pessoa, enquanto escravizado destaca a condição de exploração por outro sofrida pelos negros africanos. A maior presença da palavra escravo/a indica como as palavras da historiografia mais tradicional permanecem fortes nas narrativas de discentes da educação básica,

Discriminação (6)	Marginalização (11), Racismo (7), Preconceito (6), Exclusão (4), Estigma (3) e Discriminatória (1) e Inferioridade (2)	40
Negros (21)	Negra (8), Preta (4), Afrodescendentes (2) e Pretos (2)	37
Branco (8)	Branca (3)	11
Declaração (1)	Declarada (1)	2
Acontecimento (7)	Feitos (7) e Ação (2)	16
Participação (25)	Participações (3) e Partícipe (1)	29
Equidade (3) ¹⁷	Igualdade (5) e Igualitária (2)	10
Assinatura (2)	Assinou (2) e Assinar (2)	6
Raça (3)	Etnia (5) e Étnicos-raciais (1)	9
Herói (4)	Heroico (2)	6
Conscientização (2)	Consciência (2)	4
Permanência (3) ¹⁸	Persistência (5), Continuaram (3), Continuidade (3), Continuum (2), Perpetue (2), Permanece (2), Permaneceram (2), Consolidação (2), Imutável (1), Consolidou (1) e Inalterado (1).	27
Dificuldades (4)	Problema (15), Entraves (2), Restrições (2), Amarras (2), Empecilho (2) e Disparidades (2)	23
Maria Leopoldina (5)	Leopoldina (4), Imperatriz (2) e Princesa Regente (2)	13
Herança (4)	Legado (2) e Vínculos (1)	7
Pobreza (4)	Pobres (3), Miséria (2), Carente (2) e Mazelas (2)	13
Trabalho Assalariado	Remuneração (3) e Trabalhistas (2),	19

¹⁷ Equidade é dar às pessoas condições diferentes para que se tenha acesso às mesmas oportunidades. A igualdade representa dar as mesmas condições a diferentes pessoas sem avaliar as particularidades individuais de cada uma. Igualitária é um adjetivo associado ao conceito de igualdade. Portanto, existem diferenças entre equidade e igualdade, mas nas redações as discussões se aproximam, pois representam a busca por justiça social e oportunidades.

¹⁸ A associação das palavras consolidação e consolidou ao termo permanência se deu devido à sua utilização no sentido de tornar-se estável e duradouro.

(12) ¹⁹	Salário (2)	
Transformação (2)	Mudança (11) e Desenvolvimento (5)	18
Sociedade (44)	Social (24), Sociais (12), Comunidade (6) e socialmente (2). e Coletivo (3)	91
Colonial (5)	Colônia (4)	9
Cultura (9)	Cultural (7)	16
Elite (10)	Elitista (2) e Oligarquias (2) Hegemônica (2), Dominante (3), Bancada Ruralista (2) e Bancada (1) ²⁰	22
Direitos Humanos (26)	Respeito (5), Valorização (5), Inclusão (4), Saúde (4), Cota (3), Dignidade (2), Valorizar (2), Digna (2), Segurança (2) e Respeitar (1)	66
Ausência (2)	Exclusão (4), Negligência (4), Descaso (2), Falha (2), Lacuna (2), Omissão (2) e Ignorância (2) e Apagadas (1), Erradicação (2) ²¹	23
Desigualdade (19)	Desigual (5) e Precária (2)	26
Morte (5)	Mortos (1)	6
Questionamentos (1)	Discussões (1) e Críticas (2)	4
Jovens (2)	Juvenil (2) e Adolescentes (2)	6
200 (17)	Duzentos (2)	19
Crescimento (2)	Aumento (2)	4
Império (2)	Reino (5), Governo (4), Monarquia (2), Regente (2) e Família Real (2)	17
Futuro (27)	Futuras (2)	29
Mídia (4)	Midiática (2)	6

¹⁹ A palavra trabalho aparece também na categoria escravidão, pois em uma das vezes em que foi citada a forma de trabalho associada era o trabalho escravo, já nas outras 12 citações a associação se faz ao trabalho assalariado.

²⁰ A palavra bancada foi utilizada como um sinônimo para bancada ruralista, na redação 22.

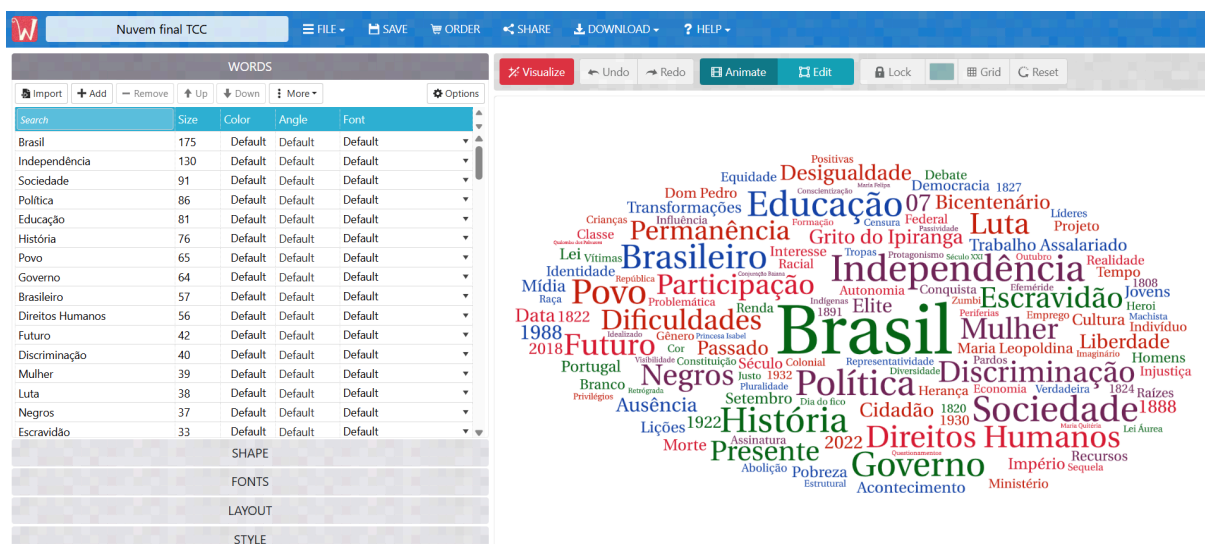
²¹ A palavra erradicação foi inserida na categoria “ausência”, já que, nas redações, ela foi associada à luta contra a pobreza que resultaria na ausência dela, por isto a associação de causa/consequência.

Presente (12)	Hoje (13) e Contemporaneidade (4)	29
Futuro (29)	Amanhã (13)	42
Recursos (3)	Verba (3) e Lucrativa (2)	8
Representatividade (5)	Representantes (4)	9
Brado retumbante (2)	Brado (2)	4
Imaginário (2)	Mentalidade (3)	5
Efeméride (2)	Comemorar (2)	4
Princesa Isabel (2)	Isabel (2)	4
Lei (12)	Decreto (4)	16
Bicentenário (5)	200 (19)	24
Pardos (2)	Pardas (1)	3
Grito do Ipiranga (5)	Brado Retumbante (4), Ergueu (1), Espada (1), Ipiranga (5), Grito (6) e Rio (3)	25

Fonte: Elaborado pela autora a partir das redações do Jovem Senador 2022 e com auxílio do aplicativo <https://wordart.com/>.

Com a realização de todos estes procedimentos foi possível obter uma “nuvem de palavras” que representa os principais termos utilizados pelos 27 finalistas do Concurso Jovem Senador 2022.

Figura 2: Processo final de formação da nuvem de palavras



Além da análise quantitativa das redações por palavras, também foi feito um agrupamento das redações por temática. Para definir qual era a temática principal de cada redação foram analisados três fatores: 1- a tese, 2- a argumentação do texto e 3- a conclusão. A tese é um dos componentes das redações dissertativas argumentativas, e corresponde às principais ideias que o autor visa defender durante o texto, geralmente ela é apresentada logo na introdução, ao final do parágrafo. Já a argumentação é o desenvolvimento, onde o autor busca expressar sua opinião sobre o tema e convencer o leitor de seu ponto de vista, e a conclusão é o fechamento do texto que podiam ou não apresentar propostas de intervenção, conforme estilo do Enem.

A categorização temática das redações foi feita por meio da análise da ideia predominante entre estes três fatores, pois nem sempre a tese dos autores coincide. Como no caso da redação número 10, do estado Espírito Santo. Ela produziu duas teses, a primeira era a fragilidade da educação brasileira e a segunda a manipulação midiática. Dessa forma, não era possível definir o tema somente pela tese. Assim foi feita análise da argumentação: no primeiro parágrafo a autora defendeu a tese da fragilidade educacional e no segundo a manipulação midiática, entretanto essa manipulação prejudicava a aprendizagem, portanto se relacionando também com a educação. Além disso, para certificar que a temática seria realmente Educação, foi feita a análise da conclusão, e foi apurado que a autora, baseando no modelo do Enem, propôs uma intervenção via educação. Assim, durante todo o texto, a ideia predominante foi a da educação, mesmo que a autora tenha falado também da manipulação midiática.

A maioria das redações do Concurso foram de fácil identificação do tema, pois utilizaram teses similares ou desenvolveram argumentações que apresentavam continuidade. Esses procedimentos levaram a produção do gráfico 1, que representa os temas mais enfatizados nas redações do Concurso Jovem Senador 2022.

Por fim, na terceira fase da análise de conteúdo das redações, utilizamos dos dados brutos organizados e classificados nas duas fases anteriores, para realizar operações estatísticas e obtermos provas de validação, a fim de confirmar inferências, assim interpretando quantitativa e qualitativamente nossos documentos.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo é um método de pesquisa que pode ser feito tanto de forma qualitativa ou quantitativa; as decisões sobre a forma a ser utilizada dizem respeito tanto ao pesquisador quanto ao conteúdo a ser trabalhado. Em nossa pesquisa,

realizamos tanto análises quantitativas como qualitativas na terceira fase, interpretando a frequência das palavras e assuntos nos documentos, e posteriormente, o contexto e conteúdo das mensagens.

Todos estes procedimentos metodológicos foram embasados por estudos teóricos sobre a Independência do Brasil e seu Bicentenário, cuja bibliografia foi mobilizada desde o primeiro ano de Iniciação Científica, na busca por entender os processos que levaram à Independência e as discussões que foram levantadas no Bicentenário. Na próxima seção, sintetizaremos esses referenciais.

3 OS 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: NARRATIVAS EM DISPUTA

A seção 3 é composta por uma discussão de conceitos, ideias e interpretações da Independência do Brasil e seus 200 anos, que foram mobilizados na análise das redações do Concurso Jovem Senador 2022. Dialogamos com historiadores como João Paulo Pimenta, José Carlos Reis, Heloísa Starling, Antonia Pellegrino, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, para compreender a cultura de história no Brasil, a história oficial e seus esquecimentos, a narrativa dos esquecidos, o processo de Independência do Brasil. Também analisamos produções antagônicas sobre o Bicentenário: 1) o Portal do Bicentenário e o calendário “200 anos de lutas por independência no Brasil” da Fundação Perseu Abramo vinculada ao Partido do Trabalhadores (PT); 2) o selo e as moedas produzidas pelo governo federal sob o comando de Jair Messias Bolsonaro, de extrema direita, para comemorar o Bicentenário.

3.1 A cultura de história e a narrativa dos esquecidos

João Paulo Pimenta é um dos mais reconhecidos pesquisadores dos processos de Independência do Brasil e da América, o qual participou de inúmeras atividades acadêmicas por todo o país durante as comemorações do Bicentenário. Utilizamos nesta pesquisa duas de suas produções. O artigo científico escrito em coautoria com outros pesquisadores, intitulado “A Independência e uma Cultura de História no Brasil” (Pimenta et al, 2014), busca analisar a cultura de história do Brasil, tendo como base as memórias de habitantes de São Paulo nos anos 2010, representações midiáticas e didáticas sobre a Independência. O livro “A Independência do Brasil” (Pimenta, 2022) é um compilado de suas pesquisas sobre os processos que levaram à Independência do Brasil, no contexto mundial e nacional, no antes, durante e pós 1822. O livro foi lançado no contexto do Bicentenário, e também reflete sobre o futuro da Independência, com relação a historiografia e memória.

Segundo Pimenta et al (2014, p. 2), entende-se como cultura da história, “um conjunto de atitudes e valores que se expressam em noções, concepções, representações, conceptualizações, interdições e outras posturas, de uma determinada sociedade em relação a um passado que pode ser considerado como coletivo”.

É possível dizer que a cultura de História no Brasil está muito vinculada à história oficial. Apesar disso, ela também pode se distanciar, como identificou Pimenta et al (2014), em pesquisa sobre a presença da Independência do Brasil na cultura de história de brasileiros que identificou a existência de narrativas sobre a Independência que depreciam e ridicularizam o passado coletivo, a partir de críticas jocosas à vida privada de seus

personagens. A cultura de história é resultado de disputas na memória pública, e concomitante a maneira cômica de representação, ela pode ser uma narrativa idealizada da construção nacional, com um grande herói, como Dom Pedro I, sua coragem e bravura, na criação de uma nação pacífica e unificada.

As pesquisas de Pimenta (2022) sobre os processos políticos que ocasionaram e consolidaram a Independência do Brasil possibilitam a compreensão, para além da cultura de história que circula nas redes e nas ruas, de como nossa emancipação de Portugal envolveu fatos, personagens e marcos históricos que vão muito além dos atos e interesses da oligarquia do Sudeste associada a D. Pedro I. Entretanto, Pimenta não contempla detalhadamente a perspectiva social dos movimentos de emancipação, considerando, inclusive, que alguns grupos, como os indígenas, apesar de participarem do processo, não foram tão relevantes.

Para compreender outras interpretações historiográficas sobre a Independência do Brasil, utilizamos pesquisadores que tinham objetivo de produzir a história da Independência, com perspectivas mais sociais, a partir de narrativas de esquecidos pela História Oficial, e que introduzissem discussões a partir do ponto de vista de outras coletividades, como as mulheres.

Nesse sentido, encontramos o livro *Independência do Brasil: as mulheres estavam lá*, lançado por Heloísa Starling, em parceria com Antonia Pellegrino no ano de comemoração do Bicentenário, que destaca sete personagens femininas do século XIX que foram importantes para a Independência do Brasil em diferentes regiões: . Nesta mesma perspectiva, estudamos o artigo científico “Os esquecidos no processo de Independência: uma história a se fazer”, de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2020), que aborda a história da independência a partir da participação da população negra e das mulheres. .

A partir destas leituras, compreendemos que as narrativas dos esquecidos são aquelas que buscam visibilizar o protagonismo de mulheres, indígenas e negros escravizados ou libertos nos movimentos que lutaram pela Independência do Brasil, em diferentes regiões do Brasil. Também aquelas que discutem os limites da independência do Estado Nação e as lutas por outras independências, ao longo dos 200 anos de Brasil Independente. Elas vêm ganhando espaço, tanto na academia quanto fora dela, conforme analisaremos nos tópicos e seções que se seguem.

Os autores da bibliografia referenciada em nossa pesquisa não trazem diretamente a definição de “História Oficial”, entretanto, utilizaremos este termo para representar as interpretações históricas sobre o Brasil que se tornaram hegemônicas no século XIX, foram reproduzidas ao longo do século XX e persistem ainda hoje, no intuito de enfatizar as ações político-administrativas da elite política e econômica branca de origem europeia, cristã e

composta majoritariamente por homens, como as principais responsáveis pela “ordem e progresso” do Brasil. José Carlos (2007), no livro "As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC", nos ajudou a entender a produção historiográfica que levou à história oficial que justifica o processo de construção da unidade nacional brasileira.

Estimulada pela história oficial, a ideia de “passividade popular” remete à suposta falta de interesse, e até capacidade, do povo brasileiro para participar do processo de Independência e de outros momentos da História do Brasil..

Dessa forma, os conceitos de cultura de história, história oficial, bem como as concepções de narrativas dos esquecidos e passividade popular foram mobilizados para analisar as redações de estudantes do Ensino Médio sobre a temática do Bicentenário da Independência produzidas para o Concurso Jovem Senador 2022, identificando suas diferentes perspectivas históricas.

Antes de desenvolver esta análise na seção 4, vamos sintetizar o processo de Independência do Brasil no século XIX, conforme produções historiográficas mais recentes, bem como narrativas diversas produzidas nas comemorações do Bicentenário da Independência.

3.2 A Independência do Brasil

Os processos que colocaram o Brasil no caminho da Independência começaram muito antes do 7 de setembro de 1822, assim como também não terminaram nesta data. Os séculos XVIII e XIX trouxeram consigo uma onda de Independências nas Américas, inspiradas pelos acontecimentos da Revolução Francesa e Revolução do Haiti. Em 1822, o Brasil era o último dos países latino americanos ainda não independente.

A chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808 foi um momento importante para o que seria o início do processo de emancipação brasileira. O Imperialismo, provido por Napoleão Bonaparte na Europa, fez com que Dom João VI e sua corte necessitasse abandonar Portugal em busca da segurança na sua até então colônia, o Brasil. A colônia recebeu a família Imperial Portuguesa que trouxe consigo maior desenvolvimento e autonomia política e econômica para o país - um exemplo seria a abertura dos portos, o comércio não seria feito somente com Portugal.

A corte permaneceu no Brasil mesmo após o término das guerras napoleônicas, o que provocou grande insatisfação em Portugal, resultando na Revolução do Porto (1820), e uma de suas causas era a exigência da volta da corte para o seu país de origem. Assim, em um

momento de tensões tanto no Reino quanto na Metrópole, o Rei D. João VI volta para Portugal, em 1821, e deixa seu filho Dom Pedro I como regente.

A permanência de Dom Pedro I no Brasil, contrariando às Cortes Portuguesas, teve como marco o “Dia do Fico”, episódio com grande participação popular e clamor para Dom Pedro I. O governo do monarca esteve caracterizado por embates com as cortes portuguesas ao longo de todo o ano de 1822. O dia 07 de setembro de 1822 marcou o momento em que Dom Pedro declarou não mais aceitar as ordens vindas de Portugal.

Seria esta sequência linear de acontecimentos ocorridos no Sudeste a História da Independência do Brasil? Podemos chamar de apoio popular à D. Pedro, aquele oferecido, principalmente, pela oligarquia de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro?

Para entender os complexos embates que levaram a emancipação do Brasil, o Bicentenário e seus desdobramentos é preciso questionar a “História Oficial” que perpetua a história política-administrativa protagonizada por homens brancos de origem europeia, detentores de poderes políticos e econômicos, especialmente, na região Sudeste de um território amplo e governado desigualmente pela corte portuguesa. O começo deste capítulo foi, parcialmente, um resumo do que seriam os fatos mais lembrados desta história oficial da Independência - uma narrativa recorrente em materiais didáticos e produções midiáticas, mas que representa uma interpretação parcial do processo de independência, apesar de entendida, por muitos, como nossa história nacional.

É fato que, a História oficial, assim como foi retratada aqui, excluiu diferentes grupos sociais que estiveram presentes no processo de Independência do Brasil e, portanto, diversos projetos de independência em disputa no território brasileiro do então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Os personagens da independência não foram somente a Corte e a oligarquia que habitava as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como o 7 de setembro, apesar de ter sido escolhido como marco da Independência, não foi o que garantiu e consolidou a emancipação do Brasil em relação à Portugal.

A Independência do Brasil é um campo de estudo permeado por narrativas diversas e muitas vezes é retratado como separação pacífica entre Portugal e Brasil, entre os historiadores do século XIX e XX, um dos escritos mais significativos, Manuel de Oliveira Lima, com sua obra: “O movimento de independência (1922)”, irá retratar a Independência como “um desquite amigável” com Portugal, Pimenta (2022).

Ao contrário do que esta historiografia aborda, historiadores como Heloísa Starling, Antônio Pelllegrino, João Paulo Pimenta e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves contribuíram para a composição de um quadro de embates e tensões protagonizado por

múltiplos agentes históricos, em diferentes regiões do Brasil e inspirados por diversos projetos de emancipação do Brasil em relação à Portugal. A unidade nacional não foi garantida desde o “Grito da Independência”. Nas várias províncias que compunham o Brasil, existiam grupos sociais que lutavam por projetos de independência republicanos ou monarquistas, escravocratas ou abolicionistas, entre outros, além daqueles que se mantinham fiéis a Portugal.

As lutas relacionadas à Independência e à configuração territorial do recém criado Império do Brasil ocorreram, antes e depois de 1822, em diversos territórios, como Pernambuco, Bahia, Piauí, Grão Pará, Maranhão e a Província Cisplatina que, em 1828, depois de três anos de guerra, ao invés de se manter anexada ao império brasileiro foi transformada em um país independente - o Uruguai.

A mais conhecida delas foi a guerra travada na Bahia contra as tropas portuguesas que permaneceram em território nacional mesmo depois do Grito do Ipiranga. Ela durou quase um ano, de 1822 a 1823, cuja batalha mais marcante foi a Batalha de Pirajá que contou com tropas contratadas por D. Pedro I, e resultou em um saldo de 80 mortos e 80 feridos - números significativos para o tamanho da população baiana nos anos 1820. Dela participaram negros escravos, alforriados e libertos, indígenas, mulheres simbolizadas pelas personagens Maria Quitéria, Joana Angélica e Maria Felipa. Na Bahia, este processo tem maior significado histórico do que o Grito do Ipiranga. Lá o Bicentenário foi muito mais comemorado em 2 de julho de 2023 com festas populares do que em 07 de setembro de 2022 com seus desfiles cívico-militares.

Destacamos o samba-enredo de 2023 da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, “Brava Gente! O Grito dos Excluídos no Bicentenário da Independência”, que desfilou, no Sambódromo do Rio de Janeiro, críticas ao 7 de setembro de 1822 e exaltações ao 2 de julho de 1823 que é o marco da Independência do Brasil na Bahia, além de vários movimentos populares por outras independências nos 200 anos de Brasil Independente. Este samba enredo foi criado tendo como referência obras e pesquisas historiográficas de pesquisadores negros, indígenas e mulheres de várias regiões do Brasil (LIESA, 2023, p. 290-296), contando inclusive com a assessoria das historiadoras Lilian Schwarcz e Heloísa Starling.

Outro exemplo foram as lutas travadas no Grão-Pará, onde proprietários de terra e comerciantes não apoiavam a Independência do Brasil no início - como discutido durante esta pesquisa não existia uma unidade nacional em relação ao projeto de Independência e cada província assumia uma posição, assim como os movimentos dentro das próprias províncias, protagonizados por diferentes grupos sociais, também não defendiam os mesmos ideais.

Assim, no atual estado do Pará, a adesão ao Império Brasileiro e a ruptura oficial com o governo português só aconteceu em 15 de agosto de 1823, feriado estadual. O que proporcionou esta mudança de posição entre as elites foi uma intervenção liderada pelo militar inglês John Grenfell, contratado por D. Pedro I, que ameaçou invadir a capital da província se eles não aderissem à Independência. Mesmo após a adesão oficial, aconteceram conflitos e mortes na província do Grão Pará. O mais emblemático aconteceu em outubro de 1823 e ficou conhecido como o Massacre Brigue Palhaço: 256 soldados das tropas de segunda linha da província, em sua maioria indígenas e negros, que trabalhavam na proteção das fronteiras amazônicas, fizeram um movimento em Belém para equiparar, entre paraenses e portugueses, o valor do soldo e as possibilidades de progressão na carreira. Eles foram presos em uma cadeia na capital e depois levados para o porão do brigue São José Diligente. Devido às condições degradantes, eles se revoltaram e a reação das tropas ainda comandadas por John Grenfell foi atirar e vedar a entrada do porão da embarcação, bloqueando a passagem de ar. Os prisioneiros morreram asfixiados ou fuzilados, sobrevivendo apenas um deles. Segundo a historiadora Magda Ricci (2022), este e outros fatores fizeram que a população paraense mais pobre e escravos negros locais observassem que a adesão da região ao Império do Brasil não mudou suas vidas, o que ocasionou a eclosão de movimentos populares como a Cabanagem (1835-1840), que também fez parte da história do “grito dos excluídos no Bicentenário da Independência”, narrada pela Escola de Samba Beija Flor, em 2023.

Já no Piauí, houve uma organização, por parte das cortes de Lisboa, de tropas para garantir que as províncias do Norte ficassem sob o controle de Dom João VI. Entretanto assim que a Independência foi proclamada, setores da população do Piauí se uniram aos movimentos separatistas o que levou a lutas como a Batalha do Jenipapo em março de 1823 que depois se multiplicou em batalhas em São Luís, Maranhão, culminando na retirada das tropas portuguesas da região norte (Araújo, 2022).

Enfim, mesmo que o marco oficial da independência seja o 07 de setembro de 1822, em 1823 os conflitos ainda não estavam resolvidos no território brasileiro (Pimenta, 2022), além do que a Independência do Brasil só foi reconhecida por Portugal em 1825.

Este complexo processo histórico não é levado em conta pela História oficial que transforma o movimento pela independência no Sudeste na história nacional da Independência que garantiu de imediato e pacificamente a unidade nacional do território nacional. História esta que tanto foi reafirmada quanto criticada nas diferentes narrativas que

circularam no período das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, as quais exemplificaremos no próximo tópico.

3.3 O Bicentenário

O Bicentenário é o marco dos 200 anos da Independência do Brasil, e provocou reações dos mais diversos setores da sociedade, com grandes comemorações, publicação de sites, notícias, produção de charges, novelas, séries e promoção de concursos e eventos que movimentaram as redes sociais digitais, as mídias, as escolas e as ruas, desde 2017. No âmbito acadêmico, as discussões sobre o Bicentenário também vieram à tona, com debates de diferentes produções científicas sobre o processo de independência e seus desdobramentos: . Como destaca Pimenta (2022),

É por isso que as efemérides são sempre momentos propícios à multiplicação de discursos e contradiscursos, podendo se constituir em ocasiões de exclusão, mas também de criatividade artística, científica, política e intelectual. (Pimenta, 2022, p. 152)

O marco oficial do Bicentenário da Independência do Brasil foi o dia 7 de setembro de 2022, feriado nacional desde a publicação da lei federal n. 662, publicada em 6 de abril de 1949²², quando acontecem desfiles cívicos-militares em vários municípios brasileiros.

A cultura de história atrelada ao Grito de “Independência ou Morte” no dia 7 de setembro de 1822 não impediu que as comemorações do Bicentenário exaltassem outras narrativas e perspectivas, como o desfile da Beija Flor anteriormente mencionado, e as comemorações em 2 de julho de 2023 na Bahia. Além disso, foram produzidos materiais, realizando debates sobre outras lutas por liberdade durante os 200 anos de Brasil Independente, no sentido de refletir sobre os limites da Independência do Estado-Nação.

Como exemplo citamos o Portal do Bicentenário que produziu, retratou e divulgou materiais multimidiáticos tanto sobre os múltiplos processos que desencadearam a Independência do Estado Nação, quanto sobre personagens, manifestações, movimentos sociais que lutaram por outras independências no Brasil Independente, ao longo de seus 200 anos. Segundo a aba institucional do site do Portal, ele se constitui como

²² Apesar que desde a Lei Imperial de 9 de setembro de 1826, assinada por Pedro I, o 7 de setembro foi oficializado como um dos dias do rol de festividades nacionais, mesmo sem ser feriado. Após, o decreto n. 7 de 20 de novembro de 1934 instituiu que o 7 de setembro seria comemorado em Dia da Pátria. E após ter sido transformado em feriado nacional, na Ditadura Militar, a lei federal número 5 571, publicada em 26 de novembro de 1969, estabeleceu o protocolo para as comemorações do Dia da Independência.

uma iniciativa constituída em REDE por universidades, faculdades e estruturas similares, programas de pós-graduação, centros, núcleos e grupos de pesquisa, instituições de representação de pesquisadores(as) e de programas de pós-graduação, sindicatos de docentes, instituições de representação de estudantes, movimentos sociais, cidadãs e cidadãos brasileiros(as) que visa produzir, editar, fazer curadoria, organizar e disponibilizar conteúdos sobre os 200 anos da Independência do Brasil e seus desdobramentos, analisados por distintos campos do conhecimento (científicos e escolares), na arte, na cultura e nos mundos do trabalho. (Portal do Bicentenário, 2021)

Destacamos também o calendário produzido pela Fundação Perseu Abramo (2022) ligada ao Partido dos Trabalhadores, em comemoração ao Bicentenário, que busca enfatizar as várias lutas por liberdade protagonizadas por povos que são historicamente marginalizados.

Intitulado “Bicentenário 1822-2022: 200 anos de luta pela Independência”, com o subtítulo “200 anos depois, na luta por um Brasil livre”, o calendário foi elaborado para se contrapor aos símbolos associados à memória e à identidade nacional estabelecidos a partir de um recorte ideológico conservador, e construir um cronograma de lutas por liberdade, a partir do povo, destacando importantes conquistas para a sociedade brasileira. (Fundação Perseu Abramo, 2022). A imagem da capa do calendário valoriza a participação popular, de mulheres, operários, negros, indígenas, como parte importante do processo de conquista de direitos de vários setores da sociedade brasileira e não apenas do Estado Nação.

Figura 3: Capa do Calendário 2022 - “200 anos depois, na luta por um Brasil livre”



Fonte: Site da Fundação Perseu Abramo²³

²³ Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/2022/02/10/fpa-disponibiliza-calendario-de-2022-200-anos-depois-na-luta-por-um-brasil-livre/>. Acesso em: 30 de abr.2025

Cada mês do calendário²⁴ é representado pela imagem de um movimento social, como é possível observar na figura 4:

Figura 4: Conjunto das Imagens que representam cada mês do ano no Calendário 2022 da Fundação Perseu Abramo



Fonte: Site da Fundação Perseu Abramo

Para representar o mês de janeiro, foi escolhida um Cartaz do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), noticiando a data do dia 21/01/1984 - 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e criação do MST . O mês de fevereiro foi representado por uma imagem do Encontro Nacional de Fundação do PT, realizado no Colégio Sion, em 10/02/1980, no período de redemocratização, congregando lideranças e forças da esquerda do país. No mês de março, a imagem é de um ato realizado em homenagem a Vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro no dia 14 de outubro de 2018. Ela foi vinculada ao mês de março pois dia 14/03/2018 é a data do assassinato da vereadora, que era ativista pelos direitos humanos e contra a ação das milícias no Rio de Janeiro.

A homologação da reserva indígena Raposa do Sol, em Roraima, é o acontecimento representante de abril, realizado na data do dia 15/04/2005 - o processo todo ocorreu do final

²⁴ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2022/02/calendario-csbh-2022-v2.pdf>. Acesso em: 30 de abr.2025

dos anos 1970 até 2009. Em maio, aparece a reprodução de um cartaz convidando trabalhadores ao ato de 1º de maio de 1980, durante grandes mobilizações sindicais e formação do PT. O mês de Junho é representado por uma imagem que remonta a criação da Secretaria Nacional LGBT do PT, aprovada em 2017, em consonância com a 1º Parada do Orgulho Gay no Brasil, que ocorreu em 28 de junho de 1997 e buscava dar visibilidade à população GLT (gays, lésbicas e travestis) e exigir direitos para esta comunidade.

Para o mês de julho, a imagem escolhida representa o ato de criação do MNU (Movimento Negro Unificado), no dia 07/07/1978. No mês de agosto, a imagem representa a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), no dia 28/08/1983. Já em setembro, ao invés da tradicional imagem do Grito do Ipiranga representado no quadro de Pedro Américo, vemos um cartaz da 13ª edição do Grito dos Excluídos de 2007. O Grito dos Excluídos é uma mobilização crítica às comemorações oficiais do 7 de setembro, organizada por entidades de esquerda, e que reúne, nas ruas de diferentes cidades do Brasil, pessoas que lutam contra a fome, por melhores salários, terras e outros direitos humanos. Em 2022, ocorreu sua 28ª edição em 2022.

Em Outubro, em homenagem à promulgação da Constituição Cidadã no Brasil, no dia 04/10/1988, o calendário reproduz a primeira página da edição nº 10, de outubro de 1988, do jornal do PT que informava a militância sobre a atuação da bancada petista na Constituinte. Para Novembro, o registro escolhido foi uma imagem dos marinheiros que fizeram a Revolta da Chibata, de 22 a 26 de novembro de 1910. E, por fim, no mês de dezembro, temos a campanha “Nós queremos 50 por cento”, mobilização estudantil pelo abatimento no custo de transporte e outros. Três anos depois, seria criada a UNE - União Nacional dos Estudantes, no dia 22/12/1938.

Em dias de cada mês do calendário são registrados marcos de lutas das diversas grupos sociais populares como: 24/02/1932 - Conquista do voto feminino no Brasil, tendo sido eleita a primeira deputada federal mulher no ano seguinte; 15/04/2005 - Homologação das terras indígenas Raposa Serra do Sol, em Roraima, conquista de um movimento organizado desde a década de 1970; 15/04/1906 - Primeiro Congresso Operário Brasileiro, quando é criada a primeira central sindical nacional; 16/09/1931 - Criação da Frente Negra Brasileira, entidade pioneira do movimento negro no Brasil.

Em contrapartida a este movimento de produção de narrativas críticas sobre os 200 anos de Brasil Independente, durante as comemorações do Bicentenário, a figura de Dom Pedro I e seu “grito de liberdade” também foram lembrados com ênfase pelos setores conservadores da sociedade brasileira, como o próprio governo de Jair Bolsonaro.

As divulgações oficiais da Secretaria de Comunicação do governo federal, por exemplo, utilizaram o selo do marco oficial da Independência, em diversas postagens relacionadas ao Bicentenário. E o marco considerado para este selo (figura 5) foi a imagem de D. Pedro, príncipe regente e futuro Imperador do Brasil, e seu ato heroico, conforme representado no quadro de Pedro Américo, “Independência ou Morte”, pintado entre 1886 e 1888, sob encomenda de D. Pedro II em uma tentativa de fortalecer a imagem do Império, poucos anos antes da Proclamação da República.

Figura 5: Selo Marca Oficial do Bicentenário da Independência



Fonte: Site dos correios/educação e cultura, edital 07/2022)²⁵

O selo que representa a continuação da história oficial, com a imagem de Dom Pedro I, como centro da Independência, foi produzido pela Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo juntamente aos Correios. De acordo com os detalhes técnicos informados pelos Correios:

O selo focaliza a marca oficial do Bicentenário da Independência, que traz o detalhe da espada que D. Pedro I teria bradado durante o “Grito do Ipiranga” na cor amarela. O fundo do selo é verde, que juntamente com o amarelo, traz referência às cores nacionais. A técnica utilizada foi computação gráfica. (Brasil, Correios, 2022)

²⁵ Disponível em:

https://www.correios.com.br/educacao-e-cultura/filatelica/arquivos/editais-2022/edital_7_bicentenario_da_independencia_marca_oficial_web.pdf/view. Acesso em: 25 abr. 2025.

Outra homenagem ao Bicentenário foi produzida pelo Banco Central que confeccionou duas moedas e comemorativas para representar a efeméride. Na moeda de dois reais, a representação escolhida foi o grito da Independência, como o retratado por Pedro Américo em seu quadro. Na moeda de cinco reais foi reproduzido o quadro “Sessão do Conselho de Estado”, de Georgina de Albuquerque, pintado em 1922, na ocasião do Centenário da Independência, para representar a Princesa Leopoldina, acompanhada de José Bonifácio e dos homens que compunham o Conselho do Estado, assinando o decreto que oficializava o rompimento dos laços com Portugal. A frente desta reprodução foi colocada a imagem de Dom Pedro I.

Figura 6: Moedas comemorativas - Bicentenário da Independência



Fonte: Brasil, Casa Civil (2022) ²⁶

Nas duas moedas é reproduzido um trecho de um dos nossos símbolos nacionais, o Hino da Independência, cuja melodia foi composta por D. Pedro I em 1824, e sua letra por Evaristo da Veiga em 1822. As moedas comemorativas trazem os dizeres da primeira estrofe do hino: “Já podeis da Pátria filhos Ver contente a Mãe gentil; Já raiou a Liberdade No Horizonte do Brasil”.

Enfim, o governo federal sob o comando de Jair Bolsonaro, governo conservador de extrema direita, escolheu comemorar o Bicentenário com o olhar voltado para o passado,

²⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/banco-central-celebra-bicentenario-da-independencia-com-moedas-comemorativas>. Acesso em: 20 abr. 2025

reproduzindo símbolos criados durante o Brasil Império, ignorando reflexões sobre mudanças sociais ao longo dos 200 anos de Brasil Independente, conservando a história oficial e seus símbolos.

Diante de tantos fatos históricos, narrativas e personagens que protagonizaram os processos de independência do Brasil, por que o Dom Pedro I e o “grito da Independência” são os mais lembrados? Depois do processo de Independência havia uma necessidade de criação da identidade nacional, que foi feita com a ajuda da historiografia do século XIX que tornou D. Pedro I o símbolo da Independência pacífica e unificadora do território nacional. . Segundo Girardet (1987 apud Rocha, 2022, p. 5): “o processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento da história”.

Então, a construção da História da Nação promoveu a escolha de Heróis, como o caso de Dom Pedro I, para representar a Independência, sub representando outros personagens e lutas. Uma elaboração do século XIX reificada pelos objetos comemorativos criados no governo conservador de Jair Messias Bolsonaro, os quais disputaram espaço com outras narrativas críticas a esta História Oficial.

Esta diversidade de narrativas que circularam em vários espaços sociais durante o Bicentenário, como aqui exemplificado, esteve também presente no Concurso Jovem Senador - os estudantes que dele participaram, utilizaram além do conhecimento escolar, aqueles acessados em outros espaços, como em suas casas com a família, redes sociais digitais, televisão e livros. Assim, os participantes do concurso estão inseridos não só na cultura escolar, mas na cultura de história do país. Analisaremos, na seção 4, este processo.

4 ANÁLISE DAS NARRATIVAS DISCENTES SOBRE O BICENTENÁRIO DO BRASIL

“A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”.

(Bardin, 2011, p.50)

A seção 4 busca analisar as redações produzidas pelo Concurso Jovem Senador 2022, identificando as narrativas e discussões que foram estabelecidas pelos estudantes da educação básica, por meio de análises quantitativa e qualitativa. As análises quantitativas serão feitas por meio de uma nuvem de palavras, que contabiliza as palavras, e um gráfico de temáticas abordadas pelas redações. Já a análise qualitativa irá se desenvolver a partir do conteúdo das redações, em suas singularidades, e aproximação dele com a bibliografia de referência da pesquisa.

4.1 Um panorama quantitativo das narrativas discentes

A seção 4.1 é onde se realiza uma abordagem quantitativa quanto às redações do Concurso Jovem Senador. Ela é composta por dois tópicos, o primeiro 4.1.1 corresponde a nuvem de palavras, a fim de identificar as principais abordagens dos estudantes por meio da quantidade de aparições das palavras nos textos. O segundo tópico 4.1.2 corresponde ao gráfico 1, que quantifica os temas mais enfatizados nas redações do Concurso Jovem Senador 2022.

4.1.1 O que nos diz a nuvem de palavras

A figura 7 retrata as palavras mais utilizadas pelos participantes do Concurso Jovem Senador 2022, considerando que quanto maior o tamanho maior a frequência de aparição das palavras no conjunto das 27 redações do concurso. A partir dela é possível inferir quais discussões foram colocadas como cerne das narrativas discentes sobre a temática do Bicentenário da Independência do Brasil.

Figura 7: Nuvem de palavras das redações do Concurso Jovem Senador



Fonte: Elaborada pela autora no aplicativo <https://wordart.com/>, a partir das palavras extraídas das 27 redações do Concurso Jovem Senador 2022.

As duas palavras com maior destaque, Brasil e Independência, com 175 e 130 menções respectivamente, são um apanhado geral do tema e todas as redações abordam estes termos por envolverem elementos básicos do contexto do Bicentenário, sendo a localização geográfica e o fato histórico por si só. Não mencionar estas palavras no texto seria deixar de abordar o assunto por completo.

O vocabulário que tem relação com a História oficial é bem frequente em palavras que remetem à história político-administrativa e seus representantes da elite branca e portuguesa, como: Monarquia, Princesa Isabel, Dom Pedro, Maria Leopoldina, Herói, Império e Dia do Fico. Além disso, aparecem palavras como Grito do Ipiranga, que engloba várias outras como: Espada, Ergueu, Brado Retumbante, Rio, Ipiranga e Grito, que fazem alusão a visão idealizada do Sete de Setembro - Dom Pedro empunhando a espada às margens do Rio Ipiranga. Assim como a palavra Assinatura, que simboliza a assinatura dos documentos da Independência.

A frequência e a quantidade de aparições destas palavras indicam a presença destes elementos como parte da memória da Independência. No entanto, a utilização de elementos que rememoram a História oficial não necessariamente simbolizam uma continuação desta narrativa, que foi abordada de diferentes formas, tanto para reforçar esta história quanto para criticá-la.

Na redação vitoriosa em Goiás, é possível observar a reprodução da história oficial no trecho: “No Brasil, a independência, processo de separação entre Portugal e Brasil, ocorreu

*no dia 7 de setembro de 1822 por meio de Dom Pedro I às margens plácidas do Rio Ipiranga”. (Vitoria Costa Dias, Goiás, Redação 11)*²⁷.

Ao analisarmos este trecho, é possível perceber a perpetuação da interpretação de que o processo de Independência se restringiu ao dia 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro gritou “Independência ou Morte” às margens do Rio Ipiranga, ignorando outras datas, pessoas e lugares que também fizeram parte desta história.

Por outro lado, o estudante de Roraima cita o Grito do Ipiranga (“brado retumbante”) para dar destaque aos limites da conquista da Independência no Brasil. Observa-se isto no trecho em que ele escreve: *“Por fim, se quisermos proferir, do alto desses 200 anos de história, o brado retumbante da verdadeira independência, devemos tornar a educação uma prioridade”.*(Dinitine Savanele Ramalho, Roraima, Redação 23). Enfim, este trecho ressignifica a ideia do “brado retumbante”, considerando que ele ainda não foi proferido verdadeiramente e que para tanto é importante priorizar a educação.

Também é possível perceber questões que afetam a sociedade sendo abordadas, como Ineficiência educacional, Pobreza, Desigualdade e Injustiça. Os registros destas palavras foram uma forma de criticar as continuidades das mazelas que permaneceram no pós independência e que permanecem até os dias atuais, por exemplo no trecho abaixo:

Segundo Laurentino Gomes, o passado escravocrata manteve os negros na pobreza no Brasil. Para tal, é necessária uma segunda abolição. Dessa forma, a falta de equidade entre negros e brancos é um empecilho para que se tenha uma independência concretizada, pois uma sociedade independente é igualitária. (Rhilary Kevinny Martins Feitosa, Alagoas, Redação 5)

As representações de gênero também foram comumente abordadas durante os textos, isto por causa do apagamento da participação das mulheres da história do processo de Independência, já que a história do Brasil é escrita, majoritariamente, com base nas ações da figura masculina, “os heróis”. A comparação entre os tamanhos das palavras homem e mulher na nuvem, a segunda maior do que a primeira, já indica a preocupação em abordar a necessidade de valorizar mais as mulheres na História. O fato de as mulheres serem sub representadas, faz com essa temática seja relevante e apareça em 4 das 27 redações do concurso. Um exemplo de citação que retrata esta temática é: *“O que se observa nesse cenário masculino da história é que o papel da mulher se tornou invisível.”*(Domingas da Silva Pereira, Pará, Redação 15)

²⁷ Todas as citações de trechos das redações do Concurso Jovem Senador 2022 foram redigidas em itálico, para diferenciá-las das citações de documentos ou de autores de nossos referenciais teóricos. Entre parênteses são informados o nome do estudante autor da redação, o estado por ele representado e o número por nós atribuído a cada texto na transcrição das redações, que se encontra no apêndice 1.

As questões raciais também ganharam grande enfoque, representadas pelas palavras Branco, Negro, Indígenas, Raça, Representatividade, Discriminação e Racial. O racismo, diferenças salariais entre brancos e negros, cotas para universidades e escravidão foram problemáticas ressaltadas, relacionando-as com o racismo estrutural e lutas contra ele. Como por exemplo:

Naquele época, os movimentos negros contra o governo, o racismo e a desigualdade vieram dos povos menos privilegiados. Hoje, em pleno século XXI, vemos protestos, debates e formação de leis praticamente pelas mesmas razões, pois o Brasil precisa avançar no que diz respeito ao racismo estrutural. A liberdade e igualdade racial que se busca hoje, é também do passado e continuará no futuro.(Redação Mara Daniella Rocha Cardoso, Tocantins, Redação 27)

Os autores fazem referência a diferentes indicadores temporais ao longo dos textos, por isso a aparição de palavras que se relacionam ao tempo, como: Passado, Presente e Futuro. Estas aparições representam a capacidade dos estudantes de enxergar um acontecimento para além dele próprio, considerando os contextos que os cercam. A articulação entre as diferentes temporalidades, é uma reflexão de um passado que ainda se faz presente e influenciará o futuro, seja por meio de mudanças ou permanências.. A Redação vencedora do Tocantins, que também foi utilizada na citação acima, é uma exemplificação desta análise:”*A liberdade e igualdade racial que se busca hoje, é também do passado e continuará no futuro.*”(Redação Mara Daniella Rocha Cardoso, Tocantins, Redação 27)

Outra forma de estabelecer essas relações temporais foi a elaboração do parágrafo conclusivo com base nas orientações do Enem, ou seja, com uma Proposta de Intervenção. Movimento que, como discutido na seção 2, foi influenciado pelo próprio tema do concurso: “lições da história para a construção do amanhã”. Assim, os estudantes, autores das redações, não apenas recontaram o processo de Independência do Brasil ocorrido há dois séculos, como também propuseram resoluções para problemáticas levantadas durante o texto, estabelecendo um relação entre passado, presente e futuro, como no seguinte fragmento:

Logo, medidas estratégicas são necessárias para alterar esse cenário desigual na sociedade, visando a construção de um futuro melhor. Nesse sentido, o Governo Federal deve realizar campanhas de conscientização através das mídias sociais, a fim de sensibilizar maior parcela da população sobre a visão equivocada criada sobre as comunidades negras. Além disso, o Ministério do Trabalho deve aumentar a fiscalização das leis trabalhistas, com o objetivo de oferecer oportunidades de emprego iguais para todos. Dessa forma, o Brasil poderá mitigar os preconceitos enraizados na

*sociedade desde tempos antigos e diminuir a desigualdade no país.
(Redação Leticia Bergamini Ribeiro, São Paulo Redação 25)*

Com relação às datas relacionadas à Independência e ao Bicentenário, temos a própria palavra Bicentenário, que engloba também o número 200. O dia 07 e o mês de setembro são bastante mencionados, já que se referem à data definida oficialmente para comemorar a Independência do Estado Nação, e que se tornou feriado nacional, desde 1949. Não foi citada pelos estudantes nenhuma outra data relacionada ao processo de Independência do Brasil como, por exemplo, o 2 de julho de 1823, marco escolhido para celebrar o fim da Guerra da Independência do Brasil na Bahia, conforme discutido na seção 3. Duas redações citam Maria Quitéria e Maria Felipa para destacar mulheres protagonistas do processo de Independência, sem fazer relação entre elas e a guerra na Bahia, e outra menciona guerras de independência sem localizá-las no tempo e no espaço.

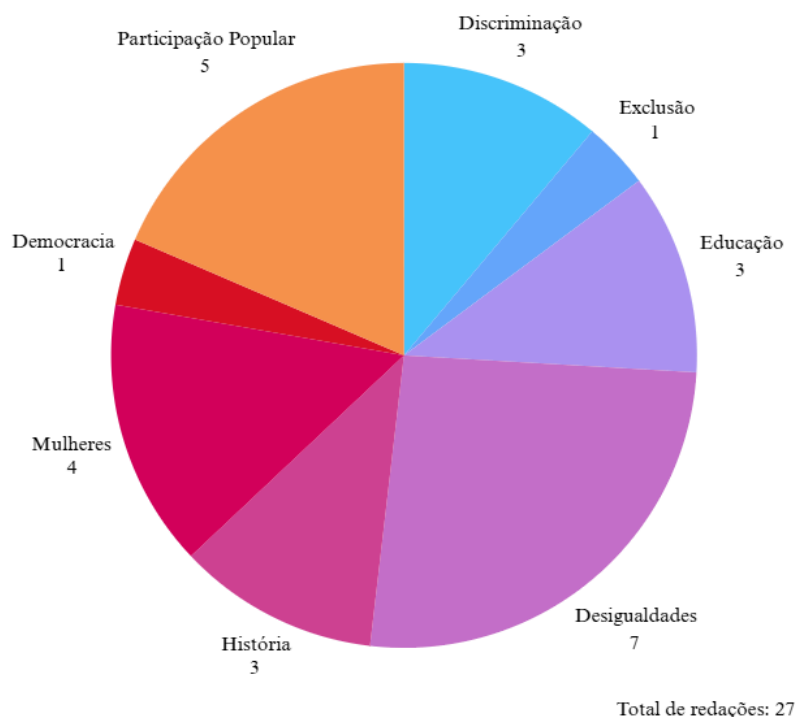
Enfim, nas redações do Concurso Jovem Senador não há nenhuma menção a outros marcos temporais relacionados a conflitos ocorridos em outras regiões para que as mesmas fossem anexadas ao Império do Brasil como, por exemplo, 13 de março de 1823 no Piauí (Batalha do Jenipapo), 15 de agosto de 1823 no Pará (assinatura da adesão oficial), 28 de julho no Maranhão (feriado da Independência no estado). Foram mencionadas guerras por independência pelos autores, mas elas não vieram acompanhadas de um esclarecimento sobre qual guerra era esta, já que a Bahia não foi a única província onde aconteceram lutas e guerras por independência, conforme também discutido na seção 3.

4.1.2 Agrupamento temático das redações

Além da análise do conjunto das redações por meio das palavras, o tema desenvolvido por cada redação é um fator relevante, por isso foi aqui abordado. Conforme explicado na seção 2, por meio da leitura exploratória das 27 redações finalistas do Concurso Jovem Senador 2022, localizamos o assunto central de cada uma delas e depois os agrupamos em temas. Diferente da Nuvem de palavras que quantifica o conjunto de todas as palavras das redações, a partir da junção de todas as 27 em apenas um texto, o gráfico 1 se atenta às teses de cada redação, que foram agrupadas em oito temáticas. Assim, uma palavra que aparece muitas vezes na Nuvem não significa que ela foi abordada em muitas redações, pois ela pode ter sido usada muitas vezes em poucas redações. Já o gráfico possibilita a observação dos

temas mais ou menos abordados pelos finalistas dos Concurso, considerando as especificidades de cada redação.

Gráfico 1: Temas mais enfatizados nas redações do Concurso Jovem Senador 2022



Fonte: Autoria própria, produzido no Canva a partir dos dados localizados nas redações do Concurso Jovem Senador 2022.

A partir da análise do gráfico é possível perceber que a temática mais trabalhada foi relacionada a Desigualdade, especificamente social, educacional, racial e econômica. A Participação Popular foi registrada como foco central de cinco das 27 redações, seguida da temática das Mulheres, que foi central em quatro delas. Discriminação, Educação e História foram assuntos principais em três redações, cada. Por último, empatados estão Democracia e Exclusão, em uma redação cada.

Observar as temáticas utilizadas nos textos indica quais as maiores preocupações dos jovens quando refletem sobre os 200 anos de Brasil Independente. A principal é a continuação das desigualdades, considerando que a Independência do Brasil não mudou esta realidade. A participação popular envolveu discussões sobre a participação ou não do povo no processo de Independência, bem como nos movimentos sociais e políticos da atualidade. Os textos que focaram a sua argumentação na discriminação trouxeram discussões sobre a discriminação racial e social, principalmente, relacionadas ao racismo estrutural.

As redações que deram destaque para a temática das Mulheres desenvolveram argumentos sobre a sub-representação feminina na História, e a temática da exclusão corresponde à redação que argumentou tanto sobre a exclusão de personagens e eventos históricos das narrativas da Independência e seu Bicentenário, quanto à exclusão social. A educação foi enfatizada em três redações para destacar que sua melhoria é determinante para a construção de uma nação melhor. Ao categorizar a História como a temática principal de três redações nos referimos àquelas que centraram sua argumentação no processo de independência, discutindo personagens e acontecimentos mais visibilizados. Já a redação com a temática Democracia desenvolveu especialmente o argumento da importância de uma política institucional plural e democrática.

A quantidade de vezes que as temáticas aparecem é um dado interessante para análise geral do concurso, entretanto o fato de um tema ser menos relacionado que outro não faz com que ele seja menos importante. Foi apenas o recorte escolhido pelo estudante, considerando o eixo temático do concurso em 2022.

4.2 Análise qualitativa das redações

Nos tópicos a seguir, analisamos qualitativamente as redações, promovendo um diálogo entre os referenciais teóricos da pesquisa e trechos das redações finalistas do Concurso Jovem Senador 2022. Desta forma, procuramos compreender as perspectivas históricas de estudantes do ensino médio, a partir da análise de como cinco categorias foram por eles abordadas: para quem a Independência serviu; os marcos oficiais da Independência e a história oficial nas redações; o apagamento histórico; as mulheres na Independência; a passividade popular no processo de Independência do Brasil. Assim, pudemos entender o movimento de aproximação e distanciamento destes jovens em relação à História Oficial.

4.2.1 Independência pra quem?

“Surge a dívida: o que mudou após o grito de ‘Independência ou morte!’ Quem se tornou livre?”

(Mara Daniella Rocha Cardoso, Tocantins, Redação 27)

Uma das questões trazidas pelas redações foi quem se beneficiou com a emancipação do Brasil de Portugal, isto porque alguns dos jovens autores analisam que esse evento não

trouxe grande mudança social para a maioria dos brasileiros, como afirma a estudante Letícia: *"Dessa maneira, é visível que, mesmo após a declaração da independência em 1822, não houve mudanças significativas na estrutura social e atualmente, 200 anos depois, há resquícios de tal realidade."* (Letícia Bergamini Ribeiro, São Paulo, Redação 25)

Os acontecimentos que levaram à Independência tinham o objetivo de romper a submissão ao governo português, ou seja, a Independência do Estado Nação beneficiou aqueles que ocupavam cargos no executivo, legislativo e judiciário ou que eram representados por estas pessoas. Ao considerarmos que o direito de participação política institucional não era garantido para todos no Brasil Império e também em boa parte do Brasil República²⁸, é possível afirmar que quem liderava as políticas de governo e de Estado eram representantes da elite política e econômica. Dessa forma, as decisões político institucionais, por muito tempo, não atenderam aos interesses da maioria da população brasileira. Como argumenta o estudante paraibano, Erick Gabriel:

De acordo com o historiador Boris Fausto em sua obra "História do Brasil", a construção da independência brasileira não se deu num cenário "romantizado" de libertar os escravos, de garantir direitos aos pobres ou de favorecer a maioria, mas sim de beneficiar à burguesia e as oligarquias da época, que aproveitaram a profunda crise de 1820 em Portugal para iniciarem o plano de independência. (Erick Gabriel Ferreira Cordeiro da Silva, Paraíba, Redação 16)

Ainda que a participação política institucional fosse limitada às elites, diferentes setores populares conseguiram expressar, não sem dificuldades, suas opiniões políticas por meio de impressos como pasquins, panfletos manuscritos e jornais. Essas produções envolviam linguagem mais acalorada, discutindo o movimento constitucionalista nos primeiros anos do Império, o fim da escravidão e a libertação dos escravizados (Neves, 2020). Além disso, indígenas, escravizados, mulheres, trabalhadores assalariados e outros grupos subalternizados, ao longo dos 200 anos do Brasil Independente lutaram por seus direitos por meio de movimentos populares como, por exemplo, a Cabanagem mencionada na seção 3. Mesmo assim, muitos estudantes destacam, em suas redações, que as desigualdades que continuaram após o processo de Independência do país permanecem devido ao poder político institucional continuar, predominantemente, nas mãos das classes mais favorecidas.

Esse quadro de perpetuação das desigualdades sociais no país faz com que os estudantes desenvolvam temas que defendem que o Brasil na realidade não é independente ou

²⁸ No Brasil Império e início do Brasil República só podiam votar homens livres, alfabetizados, com uma renda mínima. A partir dos anos 1930, mulheres, população pobre, indígenas, analfabetos foram conquistando este direito aos poucos, até que a Constituição de 1998 garantiu o sufrágio universal para todo/a cidadão/ã brasileira maior de 16 anos, independente de renda, raça, religião, nível de escolaridade, gênero.

é independente de forma incompleta. Argumento que foi utilizado por muitas redações, como: *"Certo que o Brasil passou a não ser mais uma colônia, porém o povo brasileiro não teve a sua independência completa."* (Mara Daniella Rocha Cardoso, Tocantins, Redação 27)

O que é Independência? Certamente o conceito de Independência não se manteve estático ao longo dos séculos. Em 1822, a palavra era utilizada no sentido de separação de Portugal, ou seja, do Brasil poder tomar suas próprias decisões políticas sem o crivo de Portugal (Pimenta, 2022). Se este ainda fosse o sentido atribuído à palavra Independência, certamente afirmações como a do trecho acima não existiriam. Entretanto, os autores das redações usam a palavra Independência em múltiplos sentidos, ligados a temas como educação, liberdade, desigualdade e discriminação. Se o país possui tantos problemas, principalmente que continuam há séculos, então não existe independência efetiva - são estes os argumentos utilizados pelas redações e que também estiveram presentes em outras narrativas sobre o Bicentenário como as do Portal do Bicentenário e do calendário Perseu Abramo, discutidas no tópico 3.3.

Para a estudante vencedora do concurso no estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, a independência só seria alcançada a partir da educação: *"Inquestionavelmente, é de suma importância destacar a educação como peça principal para que haja uma verdadeira independência."* (Nicolle Victoria Freire de Lima, Rio Grande do Norte, Redação 21). Em outro exemplo, da redação ganhadora de Alagoas, existe a afirmação que o Brasil não é independente devido as continuidades dos problemas desde o período colonial: *"Por conta dessas e de outras problemáticas, pode-se afirmar que o Brasil não é independente, pois possui problemas provenientes do período colonial que não foram reparados após a independência."* (Rhilary Kevinny Martins Feitosa, Alagoas, Redação 5)

4.2.2 Os marcos oficiais da Independência e a história oficial nas redações

A historiadora Neuma Brilhante reflete sobre os usos políticos do Sete de Setembro em uma entrevista concedida em 2020, quando o Brasil era governado por Jair Messias Bolsonaro, representante da extrema direita conservadora:

A memória nacional do 7 de setembro ainda é fortemente influenciada pela versão que a explica do ponto de vista do Estado e conduzida por heróis de modo ordeiro. Tal perspectiva foi construída ainda no século XIX, reforçada durante a ditadura militar, e adequa-se sobremaneira ao projeto político do grupo que hoje encontra-se no poder e de seus apoiadores. (Brilhante, 2020)

A história oficial reificada no governo Bolsonaro, conforme exemplificado, no tópico 3.3, com a discussão dos significados do selo e da moeda criados pelo governo federal para comemorar o Bicentenário, em diferentes contextos históricos, é elaborada e usada conforme necessidades de elites que precisavam se fortalecer por meio do silenciamento de diferenças e desigualdades sociais, e da sustentação da imagem de um Brasil unificado pelas ações de grandes heróis da elite, pessoas brancas, cristãs e do sexo masculino, que protegem a ordem e o progresso em prol de todos da nação.

No entanto, as redações do Concurso Jovem Senador, inclusive as dicas para sua elaboração apresentadas na seção 2, mesmo tendo sido escritas no final do governo Bolsonaro, em sua maioria, não concordaram com esta perspectiva do governo federal exposta nas comemorações do Bicentenário.

Ao mesmo tempo em que muitos dos estudantes que participaram do concurso colocaram mesmo o 7 de setembro como um dos marcos fundadores do Brasil Independente, eles desenvolveram questionamentos e expuseram dúvidas sobre a relevância do Grito do Ipiranga que esta data marca.

Como afirma Pimenta (2022), o acontecimento de 7 de Setembro de 1822, apesar de ter sido definido como o marco oficial da memória de nossa Independência, não foi o considerado mais importante na História do processo da Independência. Segundo o historiador, o Sete de Setembro foi:

[...] Um pequeno acontecimento que não foi imediatamente valorizado justamente por não ser de grande importância em comparação com os demais que tinham ocorrido e ainda ocorreriam naquele ano; mas que posteriormente se tornaria o principal marco da memória da Independência. Um marco da memória e não da História [...] (Pimenta, 2022, p. 95).

Assim, apesar da data ser um marco da memória até os dias atuais, e fazer parte da cultura de história dos brasileiros, sendo um feriado nacional comemorado com grandes desfiles cívico-militares, ela foi abordada criticamente, com maior ou menor ênfase e com diferentes argumentações, nas redações do Concurso Jovem Senador 2022.

Selecionamos, como primeiro exemplo, um trecho da redação escrita pelo estudante de Recife: : *“Simbolicamente, o Brasil adquiriu a independência em 7 de setembro no ano de 1822, quando D. Pedro I ergueu sua espada e disse: “Independência ou Morte!” (Cauã Carvalho de Oliveira, Sergipe, Redação 26).*

Ainda que de forma sutil, o estudante Cauã problematiza a História oficial da Independência, por meio da palavra “simbolicamente”. Ao retratar o Grito do Ipiranga como

um símbolo, essa afirmação indica a existência de narrativas que destacam outros fatos que participaram do processo de independência do Brasil.

De forma mais explícita, Dinitine questiona por completo o Grito do Ipiranga: *“Por meio do questionável “independência ou morte”, à beira do Ipiranga, o Brasil deixa de ser o Reino Unido de Portugal e se torna uma potente economia mundial.”* (Dinitine Savanele Ramalho Figueredo, Roraima, Redação 23). Tanto pela adjetivo “questionável” quanto pelo uso das aspas na expressão Independência ou Morte, a estudante enfatiza os limites do grito de D. Pedro I para garantir a Independência do Brasil.

Outros jovens estudantes abordam o marco oficial do Sete de Setembro para criticá-lo, admitindo uma romantização nas comemorações relacionadas a este feriado nacional. Nicolle escreve em sua redação: *“A comemoração do bicentenário da Independência do Brasil traz à tona muitas discussões acerca desse acontecimento histórico que, na maioria das vezes, só é lembrada de forma romantizada nos desfiles do 7 de setembro.”* (Nicolle Victoria Freire de Lima, Rio Grande do Norte, Redação 21).

De forma semelhante, a estudante Ana Letícia critica o ufanismo presente nas comemorações do 7 de setembro e propõe ressignificar sua narrativa, questionando os heróis e marcos fundadores por ela escolhidos, formulando novas interpretações e projetos com base na relação entre passado, presente e futuro:

Essa efeméride edificada em narrativas ufanistas em torno dos grandes heróis e com marcos fundadores deve ser ressignificada provocando reflexão do presente em vista da formulação de novos projetos, uma vez que a celebração interliga as dimensões do tempo histórico: passado, presente e futuro. (Ana Letícia Eustórgio Guedes, Piauí, Redação 19)

Apesar desta predominância de análise crítica do 7 de setembro pelos estudantes, houve redações que se delinearam pela defesa dos governos ampliarem o ensino e a divulgação da História Oficial, nos currículos escolares e fora dela, para combater o “complexo de vira-lata da população”, a “síndrome de inferioridade do brasileiro”. É o caso da redação escrita pelo estudante Manoel David de Medeiros da Silva que argumenta:

No dia 07 de Setembro de 1822, houve a realização do ato de emancipação. O Brasil, no momento sob a condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, ergue-se perante as forças lusitanas e, por meio de Dom Pedro I, declara sua independência. Entretanto, no decorrer da trajetória, foi introduzido no imaginário brasileiro a tese da ausência dos feitos, grandes acontecimentos e, como um todo, da história nacional, ocasionada pela falta do enfoque público a tais temas. (Manoel David de Medeiros da Silva, Pernambuco, Redação 18)

Manoel enfatiza, assim, que os grandes acontecimentos da história nacional devem se tornar mais presentes no imaginário dos brasileiros para desenvolver o “senso de identidade nacional” e “satisfazer as carências intelectuais do imaginário verde e amarelo”. Observamos, assim, que os estudantes se apropriam com diferentes perspectivas dos marcos oficiais da Independência e de sua história oficial.

4.2.3 O apagamento histórico

O Brasil não existia como uma unidade no período colonial e nem nos primeiros momentos pós independência. As várias lutas por independência em relação à Portugal ocorridas desde as últimas décadas do século XVIII, eram realizadas mais em favor da província em que elas aconteciam do que de todo o território nacional; não existia ainda um sentimento de nação. Além disso, nem todas as províncias comungavam do mesmo projeto de emancipação política e não eram todas que queriam a cisão política com Portugal (Neves (2020).

Portanto, no período pós independência, houve a necessidade de criar o sentimento nacionalista, de pertencimento à nação brasileira, do novo país chamado Brasil. A História serviu de grande ajuda para esta tarefa, com a criação de uma história nacional voltada para os grandes feitos e heróis que despertam o orgulho em relação à pátria.

Nesse sentido, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi um dos primeiros responsáveis pelo fomento desta História Nacional, na busca de um passado ilustre, representado pelos grandes vultos e feitos, para a construção de um futuro sólido. As narrativas produzidas pelo Instituto buscavam unir as províncias, por meio do patriotismo, para construção de uma nação poderosa. (Reis, 2007).

Com este intuito, os historiadores responsáveis por elaborar a história nacional, escolheram “filhos ilustres da pátria” para representá-la, gerando um apagamento das lutas populares. Como afirmado pela redação ganhadora do Tocantins: “*Existem histórias que não foram contadas, pessoas importantes que foram caladas*”. (Mara Daniella Rocha Cardoso, Tocantins, Redação 27)

A escolha deste argumento como o principal de sua redação, o qual reconhece que, no processo de escrita da História do Brasil, alguns personagens e acontecimentos foram apagados ou silenciados, demonstra o senso crítico da estudante Mara Daniella. Ela ainda identifica um recorte de raça neste apagamento que desconsidera o protagonismo da população negra na história de nosso país, os negros.

Este apagamento também é reconhecido pela estudante de Santa Catarina, que em sua redação escreve: *“Assim, é possível afirmar, com base em registros e pesquisas, que muitos eventos históricos foram escolhidos ou censurados para entrarem em livros ou até mesmo no anonimato.”* (Gabriela Beduschi Guadagnin, Santa Catarina, Redação 24)

Algumas redações do Concurso Jovem Senador 2022 abordam este processo intencional de lembrar e esquecer por meio da abordagem da participação das mulheres na história da Independência do Brasil.

4.2.4 As mulheres na Independência

“Infere-se, portanto, que a independência do Brasil, uma data de grande relevância e tão celebrada, contribuiu para a omissão do papel feminino, na sociedade e na história.”

(Ana Luiza Neri Valadares, Minas Gerais, redação 14)

Segundo Neves (2020), mesmo 100 anos após a emancipação política do Brasil, nas comemorações do Centenário da Independência, em 1922, a história da construção do Brasil focava nas ações “dos grandes homens”, reforçando a história oficial escrita desde o século XIX que omitia ou, no mínimo, secundariza a participação de personagens femininos no processo de Independência.

O estudante Gabriel, do Paraná, assim como os autores de outras três redações finalistas do concurso, registram esta percepção. Depois de destacar a participação da imperatriz Dona Maria Leopoldina na assinatura do decreto de emancipação política do país, da Princesa Isabel na assinatura da Lei Áurea que aboliu a escravidão e das mulheres que lutaram e conquistaram o direito ao voto nas eleições, Gabriel escreveu: *“apesar desses grandes exemplos de luta pela liberdade, ainda hoje, falta reconhecimento ao papel das mulheres na história do Brasil.”* (Gabriel Cezar Luiz Rigolin, Paraná, redação 17). E, na relação passado e presente, complementou:

Isso é perceptível quando se analisa, por exemplo, a composição da atual legislatura do Senado Federal, onde de 81 cadeiras, apenas 14 são ocupadas por mulheres. Essa realidade deve-se à cultura machista impregnada na sociedade, que leva a própria mulher a questionar sua força na participação política atual (Gabriel Cezar Luiz Rigolin, Paraná, redação 17)

Como proposição, ao final de sua redação, o estudante do Paraná propôs que:

Apesar desses percalços, a participação feminina em movimentos históricos, pela liberdade no Brasil pode inspirar não apenas mulheres, mas todos os brasileiros e as gerações vindouras a lutarem por seus direitos. Para tanto, são necessários projetos que valorizem a participação feminina na história da Nação, além disso, deve-se incentivar a participação das mulheres na política. (Gabriel Cezar Luiz Rigolin, Paraná, redação 17)

Um projeto que se aproxima deste proposto pelo estudante Gabriel, foi o livro organizado por Heloisa M. Starling e Antonia Pellegrino (2022) que evidencia o papel de sete mulheres de diferentes classes sociais, raças, idades e regiões, em diferentes movimentos que buscavam a conquista da Independência do Brasil: Hipólita Jacinta Teixeira de Melo (1748-1828), Bárbara de Alencar (PE, 1760-1832), Urânia Vanério (Ba, 1811-1849), Maria Felipa de Oliveira (Ba, 1800-1873), Maria Leopoldina (RJ, 1797-1826) e Ana Lins (AL, 1764-1839), além de Maria Quitéria (Ba, 1792-1853). Segundo Starling e Pellegrino:

Havia mulheres, contudo, decididas a governar as próprias vidas, que ameaçavam as convenções morais e sociais estabelecidas e estavam dispostas a desafiar as barreiras da participação política. E algumas delas levaram a sério um projeto de Independência para o Brasil. (Starling; Pellegrino, 2022, p. 12)

Na cultura de história do Brasil em que as figuras mais valorizadas são homens, quando mulheres são citadas, o mais comum é lembrar de Maria Leopoldina, também existindo um recorte social de quem é representado dentro do próprio recorte de gênero.

No Concurso Jovem Senador não foi diferente. Três mulheres foram citadas como personagens emblemáticos da Independência: Maria Leopoldina, Maria Quitéria e Maria Felipa, com 13, 2 e 2 citações respectivamente no conjunto das 27 redações. A seguir temos um trecho de uma das redações que mobilizou as três personagens; *"Podemos citar como exemplo, além de Maria Leopoldina, Maria Quitéria a primeira mulher negra a fazer parte do exército brasileiro, Maria Felipa que liderou mulheres negras e indígenas contra os portugueses"* (Domingas da Silva Pereira, Pará, redação 15).

Outro dado interessante é o contraste entre a frequência, nas redações, dos nomes de Dom Pedro e D. Leopoldina,. Dom Pedro apareceu 11 vezes, mas em mais redações. Leopoldina é citada 13 vezes, entretanto essa quantidade maior de citações da Imperatriz só acontece porque as redações com a temática das mulheres a citaram muitas vezes. Das 11 vezes que Dom Pedro foi mencionado, nove foram em redações distintas; já com Leopoldina às 13 citações se distribuem entre apenas cinco redações diferentes. Dessa forma, a figura de

Dom Pedro foi mobilizada por uma quantidade maior de estudantes que participaram do Concurso Jovem Senador, em 2022.

4.2.5 A Passividade popular na Independência

“Os duzentos anos da independência do Brasil nos convida a analisar a história pela perspectiva crítica de uma nação construída pelos interesses das oligarquias dominantes.”

(Erick Gabriel Ferreira Cordeiro da Silva, Paraíba, Redação 16)

Se a História da independência foi utilizada como uma ferramenta para a construção das narrativas dos “grandes feitos” e “grandes vultos”, e estes portanto representam a elite da população luso-brasileira, é possível afirmar que grande maioria da população brasileira foi excluída de um importante capítulo de nossa História. Esse apagamento popular faz com que a população brasileira seja vinculada à ideia de passividade.

Definimos como passividade popular a ideia de não participação das classes populares nos processos políticos e históricos, aqui especificamente na Independência. Esta ideia, como já discutido anteriormente, foi construída por parte da historiografia que, além de dizer que nossa Independência foi pacífica em relação às independências do restante da América, foi resolvida pela ação de poucos homens da elite do Sudeste, representados pelo príncipe regente D. Pedro.

Esta ideia não predominou entre as 27 redações do Concurso Jovem Senador 2022, mas é importante destacar que ela foi o foco central da redação ganhadora nacional do concurso e ganhadora estadual do Ceará. Logo na sua introdução, o estudante Davi defende a tese da passividade do povo brasileiro:

O escritor e jornalista brasileiro Lima Barreto dizia que "O Brasil não tem povo, tem público. Povo luta por seus direitos, público só assiste de camarote". Tal afirmação pode ser contemplada no desdobramento da Independência brasileira, na medida em que ocorreu sem um engajamento popular, tornando-se um movimento puramente elitista e aristocrático. (Davi da Silva Pereira, Ceará, Redação 1)

A citação de Lima Barreto utilizada logo nas primeiras duas linhas, “o Brasil não tem povo, tem público” é utilizada para respaldar a tese defendida pelo autor da redação de que o processo de Independência do Brasil ocorreu sem engajamento popular. Em consequência da

Independência ter sido pensada, majoritariamente, pela elite e para benefício da mesma, a participação política de setores populares na mesma é ignorada em muitas narrativas sobre o processo. A partir desta interpretação, o estudante, no desenvolvimento de seu texto, dá destaque para a não participação dos cidadãos na política atual, relacionando-a com o que ele avalia como um erro do passado. Assim, conclui sua redação afirmando que “*uma lição que se tira do processo de Independência é que a ausência do povo foi um erro e que no presente tem-se o dever de mudar isso.*” (Davi da Silva Pereira, Ceará, Redação 1)

Em contrapartida, encontramos outra redação que defendeu a importância da participação popular no processo de Independência. Vale destacar que foi a redação do estado da Bahia, que é uma das províncias que vivenciou guerras por Independência, cujas tropas foram compostas por indígenas²⁹, pessoas pobres, negros libertos, alforriados e escravizados. Segundo o estudante que a escreveu

Pode-se verificar que desde o famoso “Dia do fico”, até a última batalha na Guerra da Independência, o povo brasileiro teve um papel vital na conquista e na garantia da independência, o que explicita a importância da participação popular nas questões do Estado. (Ravan dos Santos Andrade, Bahia, Redação 8)

Poderíamos discutir a diferença entre o “povo” que participou do Dia do Fico e o “povo” que participou da guerra da Independência do Brasil na Bahia, mas o que queremos ressaltar é a defesa do protagonismo de diferentes setores e classes da população nos processos políticos da história do Brasil. Para além disso, a escrita, “até a última batalha na Guerra da Independência” é um indício de que Ravan considera datas para além do marco do 7 de setembro de 1822, pois as guerras de emancipação se estenderam para além deste ano. Durante seu texto, o autor ganhador da Bahia ainda reafirma a importância da participação popular.

Nessa perspectiva, o verso do Hino da Independência, escrito por Dom Pedro I “parabéns ó brasileiro, já com garbo varonil” explicita o comportamento heroico e engajado dos cidadãos na época, das quais, figuras como Hipólito da Costa, que mesmo exilado, ajudou a fomentar o senso patriótico através do seu jornal e Maria Quitéria, que trajou-se como um homem para lutar contra as tropas portuguesas. (Ravan dos Santos Andrade, Bahia, Redação 8)

²⁹ Os Indígenas permaneceram como um grupo esquecido nas redações, como mostra a nuvem de palavras, não só pelas poucas aparições durante os textos, como pela falta de menções a lideranças e representantes deste grupo nas redações do Concurso Jovem Senador de 2022.

Estas não foram as únicas redações que abordaram a temática da passividade do povo brasileiro ou de seu protagonismo. A redação vencedora estadual do Amazonas também destacou a importância da participação popular no Dia do Fico:

A manifestação popular, por meio de uma lista com aproximadamente 8 mil assinaturas, solicitando a permanência de D. Pedro I em solo brasileiro e sua consequente decisão no Dia do Fico, em 1822, é um marco em nossa história. Desde a Independência do Brasil até hoje, a participação popular na tomada de decisões que mudam o destino da nação aumentou consideravelmente. E isso justifica a solidez das Instituições Democráticas. (Esthefane Feitosa de Barros, Amazonas, Redação 7)

Assim, existe um contraste entre as redações 8, 7 e 1. As duas primeiras enfatizam em todos os seus parágrafos a participação popular na política e como ela foi essencial para a conquista da Independência. Ao contrário, a redação 1 afirma que esta participação não existiu e não existe ainda hoje, propondo, ao final,

uma reforma política por parte do Congresso Nacional, que amplie a inclusão de mulheres e negros nos cargos legislativos e possibilite a aplicação de plebiscitos como ferramenta de participação social, visando aumentar a pluralidade do parlamento e o poder dos cidadãos sobre os rumos do seu futuro. Com isso, o Brasil obterá um povo mais engajado politicamente e um país representativamente igualitário, socialmente justo e efetivamente autônomo. (Davi da Silva Pereira, Ceará, Redação 1)

Enfim, uma ideia de que a participação popular precisa ser induzida pelo Congresso, desconsiderando que ela está presente em toda a história do Brasil, como destacado nas narrativas do “Calendário Bicentenário 1822-2022: duzentos anos de luta” da Fundação Perseu Abramo, no Portal do Bicentenário e na história da Cabanagem, analisados na seção 3 desta monografia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises desenvolvidas durante nossa pesquisa, a partir das perspectivas históricas das 27 redações dos estudantes do Ensino Médio de todo o território nacional, produzidas, em 2022, para o Concurso Jovem Senador, no contexto do bicentenário da Independência do Brasil, identificamos que, no concurso, assim como na academia e em outros espaços sociais, foram produzidas narrativas diversificadas para comemorar o Bicentenário da Independência do Brasil.

Assim, a partir do estudo da organização, dinâmicas e objetivos do Concurso Jovem Senador, foi possível compreender as redações elaboradas sobre a temática proposta pelo Senado Federal, “200 anos de Independência: lições da história para construção do amanhã”, como potentes documentos para observar quais personagens e marcos históricos, lutas e movimentos sociais foram destacados para narrar o processo de independência no Brasil na relação com o presente e com proposições para o futuro.

O tratamento quantitativo das redações nos possibilitou perceber as principais palavras utilizadas, por meio da nuvem de palavras reproduzida na figura 2, e a temática que cada redação adota para si como argumento principal, conforme registrado no gráfico 1. Dessa forma, foi possível identificar muitas palavras relacionadas com a história oficial, com seus grandes heróis e o 7 de setembro, entretanto utilizadas, majoritariamente, para desenvolver uma crítica desta história e não reafirmá-la. Quanto às temáticas das redações, que foram divididas em oito grupos, elas demonstram a desigualdade como o principal argumento, dado que também é identificado na nuvem de palavras, já que palavras que remetem a desigualdades sociais, raciais, econômicas e de gênero, são muito frequentes na imagem. A Participação Popular como segundo tema mais abordado, revelou a elaboração de narrativas que contestam a história oficial por meio do povo como partícipe da independência. Já o tema mulheres, em terceiro lugar, valoriza a participação feminina no processo de emancipação nacional e em outras lutas que geram conquistas sociais ao longo dos 200 anos de Brasil Independente.

História, Discriminação e Educação estão empatados ocupando o quarto lugar, trazendo consigo discussões sobre a construção da história da independência, sobre preconceito e o racismo estrutural e sobre a necessidade da educação de qualidade em uma sociedade que se pretende independente. Os temas Exclusão e Democracia, que são centrais em apenas uma redação cada, buscam abordar, respectivamente, a exclusão de acontecimentos e personagens da história e a necessidade da democracia para a nação.

Dessa forma, o gráfico representa que apesar da perpetuação de alguns elementos da história oficial, os estudantes se apropriam de temáticas que se distanciam das narrativas hegemônicas.

Por meio da análise qualitativa das redações utilizadas como fonte para esta pesquisa, compreendemos que apesar de algumas reproduzirem a história oficial, a maioria mobiliza perspectivas que buscam romper com a história romantizada e ufanista, através de argumentações que buscam problematizar mazelas do passado que continuam até os dias atuais, a importância de se dar mais visibilidade para o protagonismo das mulheres na história do Brasil, o reconhecimento da Independência como processo e do povo como partícipe deste momento.

Ainda assim, mesmo que estas abordagens estejam presentes nas redações elaboradas pelos estudantes do ensino médio para o Concurso Jovem Senador 2022, muitas vezes foram desenvolvidas superficialmente. Por exemplo, é utilizado o argumento de terem ocorrido muitas guerras para que a Independência do Brasil fosse consolidada, mas quais guerras? Em quais regiões do Brasil? Com a participação de quem? As redações não foram específicas quanto a estes detalhes, tanto que não tivemos o 2 de julho, marco da vitória na guerra da Independência do Brasil na Bahia, citado nenhuma vez nas 27 redações. Na temática dos apagamentos históricos, o argumento é que personagens foram excluídos da história e são sub-representados, mas quais personagens?. No caso das redações que criticaram o silenciamento da participação das mulheres no processo de Independência do Brasil, a Princesa Leopoldina foi a mais citada em mais de uma redação, tendo sido o foco principal de uma delas. As únicas outras duas personagens femininas Maria Quitéria e Maria Felipa somente apareceram duas vezes cada, tendo seus nomes mencionados, mas não a sua contribuição específica no processo da Independência analisado. Sobre o protagonismo de pessoas negras e indígenas no processo de Independência, os personagens citados são escassos.

Portanto, o Concurso Jovem Senador se mostrou uma fonte rica para a análises das diferentes narrativas construídas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil, as quais demonstraram diversidade de conhecimentos que fazem parte da formação histórica dos estudantes da Educação Básica que foram ganhadores estaduais e nacionais.

É um questionamento comum entre pesquisadores e professores de História se as novas produções científicas e suas narrativas históricas alcançam o público em geral e se conseguem modificar culturas de história impregnadas socialmente. Além de Pimenta (2022), Cecília Oliveira também registra este questionamento:

O ponto é: por que essas reavaliações e, em muitos casos, inovadoras interpretações, sustentadas em espectro imenso de fontes e em propostas metodológicas criativas, não conseguem abrir fissuras efetivas em premissas que compõem uma cultura de história que desde o século XIX foi sendo engendrada em torno do tema? Por que essas supostas “verdades” persistem e são adotadas como referenciais para a compreensão do processo histórico brasileiro, a despeito de se pautarem por argumentos e preconceitos que conformaram a memória com a qual os protagonistas da independência e da fundação do Império deram sentido às suas próprias ações? (Oliveira, 2022, p.2)

Ao considerarmos que a cultura de História no Brasil e também que a construção da História e da memória não é feita somente por historiadores, mas sim uma produção social elaborada no tensionamento entre diversos sujeitos em variados espaços sociais, observamos, como nas redações do Concurso Jovem Senador, tanto movimentos de perpetuação da memória que engloba a história oficial, quanto movimentos de problematização da mesma.

Os exemplos de produções que foram feitas para comemoração do Bicentenário, como o desfile da Beija Flor em 2023, o Portal do Bicentenário e o calendário da Fundação Perseu Abramo, por um lado, e os selos e as moedas lançados pelo governo federal em 2022, mostram uma disputa de narrativas que permeia os espaços sociais e como elas são constituintes e constituídas por projetos e práticas sociais diversas.

Ao analisar especificamente o concurso Jovem Senador, essa dúvida se a produção historiográfica atual alcança o público em geral e os jovens estudantes, pode ser respondida com certo otimismo. A escrita que reafirma a história oficial foi menos recorrente que narrativas que a questionam, muito ao contrário foram trazidas discussões que justamente contestam o uso de uma história romantizada que procura inculcar nas pessoas que elas podem esperar passivamente a ação de “grandes homens” que vão protegê-las e garantir a ordem e o progresso para todos. Não é possível afirmar relação direta entre o conteúdo das produções historiográficas, das aulas de História desenvolvidas na Educação Básica e o conteúdo das redações, pois os historiadores professores foram pouco citados, e além disso a Universidade e a escola não são os únicos lugares onde se produz narrativas históricas que circulam socialmente. Entretanto, o saber histórico científico e escolar que dão visibilidade para histórias esquecidas, com certeza influencia a aparição destas discussões na sociedade, principalmente em um período de efeméride, mesmo em tempos de governos conservadores de extrema direita.

Assim, os estudantes vencedores estaduais e nacionais do Concurso Jovem Senador 2022 elaboraram textos com diferentes perspectivas históricas, desde aquelas que, em alguns trechos se aproximam mais da História Oficial até aquelas que buscam criticar os seus

marcos, mencionando personagens por ela silenciados e discutindo como os problemas sociais não foram sanados com a Independência do Estado Nação. Também defendendo, em sua maioria, a construção de um país mais democrático, justo e inclusivo.

Para finalizar, gostaríamos de registrar algumas outras possibilidades de pesquisa que o desenvolvimento deste TCC apontou: Quem são as figuras de autoridade utilizadas pelos estudantes como referências, os historiadores aparecem? Quais os significados de povo brasileiro nas redações? As representatividades femininas nas narrativas dos estudantes do Concurso Jovem Senador; e a relação entre as inspirações políticas dos estudantes expressas em entrevista concedida para os organizadores do evento e as narrativas construídas por eles nas redações.

Em síntese, as redações do Concurso Jovem Senador, não só o de 2022, são potentes documentos para compreendermos os sentidos históricos que permeiam as visões de sociedade dos jovens que cursam o ensino médio, e portanto, pistas para pensarmos processos de ensino e aprendizagem de uma História crítica que contribua para o fortalecimento da democracia no Brasil.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, de Johny. Guerras de Independência: Piauí e Maranhão batalham pela liberdade. Entrevista concedida a Lucas Pordeus Leon. **Radioagência**. 01 set 2022. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2022-08/guerras-da-independencia-piaui-e-maranhao-batalharam-pela-liberdade>>. Acesso em: 06 de maio 2025

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 2ª reimp. da 1ª edição. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Casa Civil. **Banco Central celebra Bicentenário da Independência com moedas comemorativas**. Sítio Eletrônico Gov.br. 31 out. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/banco-central-celebra-bicentenario-da-independencia-com-moedas-comemorativas>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Correios Brasil. **Emissão Postal Comemorativa: Bicentenário da Independência - Marca Oficial Brasil - Edital 7/2022**. Sítio Eletrônico. 2022. Disponível em: <https://www.correios.com.br/educacao-e-cultura/filatelias/arquivos/editais-2022/edital_7_bicentenario_da_independencia_marca_oficial_web.pdf/view>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Jovem Senador - Apresentação**. Sítio Eletrônico. 2021a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovensenador/menu/quem-somos/apresentacao>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Jovem Senador - Regulamento 2022**. Brasília: Senado Federal, 2021b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/arquivos/regulamento-2022.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Jovem Senador Central de notícias**. Sítio Eletrônico. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovensenador/centralnoticias?form.buttons.buscar:utf8:ustring=Buscar&form.widgets.data_inicio:utf8:ustring=2021-11-24&b_start:int=30&form.widgets.data_fim:utf8:ustring=2023-12-28>. Acesso em: 07 dez. 2024.

BRILHANTE, Neuma. O bicentenário da independência e os usos políticos do 7 de setembro, segundo esta historiadora (Entrevista): Bruno Leal entrevista Neuma Brilhante. In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-bicentenario-da-independencia-e-os-usos-politicos-do-7-de-setembro-segundo-esta-historiadora/>. Publicado em: 07 set. 2020. ISSN: 2674-5917.

CARVALHO, Emilene Julia da Silva Freitas. **A educação em direitos humanos nos manuais do professor da Coleção Didática Projeto Buriti - História (PNLD/2013) : os direitos das crianças e a formação do professor em foco**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2017.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Bicentenário 1822-2022: duzentos anos de luta**. Sítio Eletrônico, 2022. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/bicentenario>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Suzana Ferreira Borges, Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIESA - Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis. In: **Livro Abre-Alas 2023 Segunda Feira**. Rio de Janeiro: LIESA, 2023. Disponível em: <https://liesa.globo.com/downloads/memoria/outros-carnavais/2023/abre-alas-segunda-carnaval-2023.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2025.

MARTINS, Ronaldo Teixeira. **200 anos de Independência**: lições da história para a construção do amanhã: texto de apoio para redação do Jovem Senador. Brasília: Senado Federal, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/noticias-1/releases/2021/12/200-anos-de-independencia-lico-es-da-historia-para-a-construcao-do-amanha>. Acesso em: 20 jan.2025.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das . Os esquecidos no processo de Independência: uma história a se fazer. **Almanack**, Guarulhos, n. 25, ef00220, 2020 <http://doi.org/10.1590/2236-463325ef00220>.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Memória, historiografia e política: a independência do Brasil, 200 anos depois. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 105, 2022. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.003>

PIMENTA, João Paulo et al. A independência e uma cultura de história no Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n.8, p. 5-36, 2º semestre 2014. Supl. 1. DOI 10.1590/2236-463320140801. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320140801>. Acesso em: 14 jan.2025.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo:Contexto, 2022.

PORTAL DO BICENTENÁRIO. **Um portal para vários Brasis**. Sítio Eletrônico, 2021. Disponível em: <https://portaldobicentenario.org.br/>. Acesso em 05 mai. 2025.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9. ed ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICCI, Magda. Na luta por Independência Portugal tentou manter Grão-Pará. Entrevista concedida a Lucas Pordeus Leon. **Radioagência**. 02 fev 2024. Disponível em:< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/tags/serie-guerras-da-independencia-d-o-brasil>>. Acesso em: 06 de maio 2025

ROCHA, Helenice. **Sujetos de la independencia de Brasil en la escuela y en otros lugares**. Clío & Asociados La historia enseñada, n. 35, p. e0001–e0001, 5 dez. 2022.

STARLING, Heloisa M.; PELLEGRINO, Antonia. **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

7 APÊNDICES

Apêndice A - Transcrição das redações Jovem Senador 2022

<https://docs.google.com/document/d/1eLpUTrPl8USjydPf3kGpyyGn85KX3znpiY1VBJ9QxzI/edit?usp=sharin>

Apêndice B - Tabela com informações sobre o Concurso Jovem Senador 2022

<https://cryptpad.disroot.org/sheet/#/2/sheet/edit/IjVa6rPY15KkNpi+rT5s1h2b/>